

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

**PROJETO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
LETRAS –
HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA –
NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Elaboradoras:

Ana Lygia Almeida Cunha
Maria Cristina Ataíde Lobato

Belém (PA), maio de 2007.

APRESENTAÇÃO

O Curso de Letras da UFPA foi instituído em 1954 na modalidade presencial e desde então passou por uma série de reformas curriculares. As novas diretrizes do Ministério de Educação e Cultura (MEC) requerem que os cursos sejam adequados às exigências do atual mercado de trabalho. Com base nessas exigências é que elaboramos o presente Projeto Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Letras na modalidade a distância.

Essa iniciativa foi possível pela ação desenvolvida pela Secretaria Especial de Educação a Distância (SEAD), vinculada diretamente à Reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA), que, a partir de maio de 2003, instituiu esta secretaria, demonstrando uma visão estratégica da administração maior, respaldada pelo Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará (2001-2010). Esse Plano faz parte da reestruturação do novo modelo de ensino desta Instituição, que pretende expandir a oferta de vagas e assim possibilitar a democratização do acesso e a permanência com sucesso nos cursos ofertados. Dentre as reformas previstas para atender a um maior número de alunos e permitir o aumento da produção do conhecimento científico, está a implementação de uma Política Institucional de Educação a Distância.

Portanto, com o apoio da SEAD e do Centro de Letras e Artes da UFPA, elaboramos este projeto, que, por vislumbrar as novas relações pedagógicas decorrentes da Educação a Distância (EAD), pretende contribuir para igualar as chances educacionais e para superar privilégios educacionais.

A EAD representa a possibilidade de estruturas e formas alternativas de aprendizagem, que poderão ter grande impacto na educação em geral: é inovadora e criativa, inter-relaciona a educação formal sequencial e a permanente, viabiliza o aprender como uma função central elementar da vida humana, contribui para igualar as chances educacionais e para superar privilégios educacionais.

O papel e o potencial do ensino-aprendizagem a distância neste novo século têm certamente constituído um campo fértil de discussão entre educadores. A sala de aula deixa de ser o único espaço para a educação formal e os principais envolvidos nesse processo – professor e alunos – se deparam com um contexto de ensino diferente do tradicional e com características próprias.

Por se tratar de um novo conceito de ensino, por suas peculiaridades e pelos desafios que enfrenta, a EAD precisa ser acompanhada e avaliada em todos os aspectos que a envolvem, a começar por um minucioso planejamento de todas as suas ações, desde a concepção até a implementação de um curso a distância. Não só o desempenho dos alunos deve constituir o objeto de preocupação desse ensino como também a atuação dos professores e tutores, e a adequabilidade da metodologia, das estratégias didáticas e dos instrumentos utilizados.

O desafio de educar e educar-se a distância é grande, mas é preciso garantir em projetos e processos de educação superior melhorias na criação, aperfeiçoamento, divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e profissionais que contribuam para superar os problemas regionais, nacionais e internacionais e para o desenvolvimento sustentável dos seres humanos, sem exclusões, nas comunidades e ambientes em que vivem.

Como todo projeto em construção, este também apresenta limitações e desafios que deverão ser permanentemente avaliados na tentativa de construir uma nova alternativa pedagógica para a formação de professores de Língua Portuguesa no Estado do Pará, perseguindo a qualidade, a seriedade e a cientificidade como condições

necessárias à formação de profissionais comprometidos com a transformação social, com a humanização das relações sociais, com a liberdade e com a justiça social.

SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO DO PROJETO	
1.1	Condições histórico-sociais da educação	05
1.2	Da educação a distância (EAD) para a educação sem distância	06
1.3	A EAD: uma nova modalidade educativa	08
1.4	O perfil do professor de EAD	09
1.5	O perfil do aluno de EAD	10
1.6	A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a EAD	12
1.7	As políticas da UFPA para a EAD	13
1.8	O Curso de Licenciatura em Letras.....	14
1.9	O currículo do Curso de Licenciatura em Letras	14
1.10	O perfil do licenciado em Letras	16
1.11	O perfil do licenciado em Letras com habilitação em língua portuguesa	16
1.12	O arcabouço teórico do Curso de Letras	17
1.13	O contexto do Curso de Licenciatura em Letras.....	19
1.13.1	O contexto histórico.....	19
1.13.2	As novas exigências de formação.....	20
1.14	O Curso de Licenciatura em Letras na modalidade a distância.....	21
1.14.1	O pré-requisito para ingresso no curso.....	21
1.14.2	A estrutura do Curso de Letras a distância.....	22
1.14.3	O público alvo do curso.....	22
1.14.4	A equipe profissional.....	23
1.14.5	A produção do material didático-pedagógico.....	27
1.14.6	A mediação pedagógica.....	30
1.14.7	A avaliação da aprendizagem e a avaliação institucional.....	31
1.14.8	O currículo do Curso de Letras a distância	36
1.14.9	A estrutura do curso	37
1.15	Ementa e Bibliografia das disciplinas	41
1.16	Anexo I - Decreto de criação do Curso de Letras.....	49
1.17	Anexo II – Demonstrativo das Atividades Curriculares.....	50
1.17	Anexo III – Ordenação das atividades por semestre.....	52
1.18	Anexo IV – Contabilidade Acadêmica.....	53

1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

1.1 Condições histórico-sociais da educação

O homem tem vivenciado uma sucessão de eras e cada uma delas possui características que determinam o seu futuro: a vida mudou com a descoberta da agricultura, inaugurando a Era da Agricultura, que reinou absoluta por aproximadamente 6.000 anos, durante os quais a vida em si mesma e seus valores estavam estruturados em função da organização do alimento. Esse período foi seguido pela Era Industrial, que durou cerca de 300 anos, sendo substituído pela atual Era da Informação, quando o mundo presencia o advento de novas tecnologias de informação e comunicação que revitalizam as habilidades e o discernimento de cada indivíduo.

O mundo das novas tecnologias de comunicação é caracterizado por atributos como interatividade, mobilidade, convertibilidade, interconectividade, globalização e velocidade. Essa mudança de estrutura traduz a transição da Era Industrial para a chamada Era da Informação. Enquanto na Era Industrial a ênfase estava no *produto*, com a educação centrada no *ensino do fato*, na Era da Informação a ênfase se desloca para a *inteligência*, requerendo dos indivíduos habilidades como abstração, pensamento sistêmico, experimentação de hipóteses e trabalho colaborativo. Assim, a era digital baseia-se no cérebro e não na força: o ativo passa a ser ativo intelectual e os meios de produção passam de físicos para humanos.

Presenciam-se mudanças em todos os aspectos da vida: as relações entre produtores e consumidores se tornam mais rápidas e ágeis, já que não há mais intermediários; o acesso instantâneo à informação proporcionado pelas novas tecnologias elimina a necessidade da pessoa física para o desenvolvimento das atividades; surgem novas questões sociais, com grandes traumas e conflitos, que aprofundam abismos entre os que têm e os que não têm acesso às redes de informação; o imediatismo passa a ser a mola propulsora do sucesso comercial; a nova economia ocorre em tempo real; produtores e consumidores estão mais próximos.

Com essas mudanças se instaurou uma polêmica entre os que, de um lado, defendem os benefícios advindos pelas novas tecnologias e, de outro, os que criticam as novas tecnologias por acharem que estas ameaçam a substituição do homem pela máquina. Ora, o tipo de atividades nas quais a humanidade esteve envolvida, ao longo de sua história (agricultura, comércio etc.), não mudou:

“o que mudou foi sua capacidade tecnológica de utilizar, como força produtiva direta, aquilo que caracteriza nossa espécie como uma singularidade biológica: nossa capacidade superior de processar símbolos”
(Castells, 1999, In Giusta e Franco. Org., 2003, p. 18).¹

Os processos de produção dos bens de consumo associada às novas formas de gestão do trabalho definem novas competências e habilidades de um novo perfil de trabalhador, ao mesmo tempo em que excluem contingentes de trabalhadores que não são mais funcionais, adaptáveis ou empregáveis às novas necessidades do mercado capitalista.

¹ GIUSTA, Agneta da Silva e FRANCO, Iara Melo (org.). **Educação a Distância: uma articulação entre teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

Além disso, a intensificação da competitividade no trabalho exige a educação permanente do trabalhador, com ênfase na formação de competências múltiplas, na solução de problemas, no trabalho em equipe de modo cooperativo e pouco hierarquizado, na flexibilidade para adaptar-se a novas funções, na capacidade de aprender a aprender para gerir e processar informações e atualizar conhecimentos e tecnologias.

Nesse cenário, os países que já conseguiram dotar sua população de educação básica de qualidade estão muito bem posicionados. Aqueles que não o fizeram apresentam expressivo contingente com baixo nível de escolaridade e, por extensão, condições de inferioridade no jogo competitivo da globalização.

No Brasil, a economia, por ser marcada pela abundância de matérias primas e pela mão de obra barata, não exigia a universalização da educação formal. Atualmente, porém, há uma correlação positiva entre formação básica consistente e ascensão econômica, sendo a recíproca verdadeira: a falta de educação básica competente correlaciona-se com economias em situações de risco.

Assim, a democratização da educação brasileira surge como uma imposição da nova ordem global, uma questão de sobrevivência de nosso país, tanto internamente quanto em suas relações internacionais.

Esse novo contexto histórico-social da última década, com novos atores e novos espaços, fez emergir a EAD, carregando intrinsecamente possibilidades e limites na perspectiva de democratizar o conhecimento com qualidade e compromisso, a fim de tornar-se um instrumento a mais no processo de construção e instauração do exercício democrático, onde todos possam ser cidadãos e usufruir os bens gerados pela humanidade, sejam eles econômicos, políticos, culturais ou educacionais.

1.2 Da Educação a Distância (EAD) para a educação sem distância

A EAD, enquanto ensino formal, surgiu no século XIX, em forma de material auto-instrucional de cursos por correspondência, desprestigiados e encarados com desconfiança, especialmente no ensino superior, o que contribuiu para o preconceito que se formou em torno dela, acentuado pelo fato de essa modalidade ter-se destinado, predominantemente, àqueles que não conseguiam escolarizar-se pela forma convencional e no tempo próprio. Assim, a EAD era marcada pela marginalização dos seus usuários em comparação com quem usufruía da modalidade presencial.

No decorrer do século XX, a EAD foi consolidando-se discretamente, alcançando *status* de modalidade educacional na década de 60 desse século. As resistências e pré-conceitos quanto a essa modalidade foram substituídos por uma nova concepção de EAD como alternativa economicamente viável, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contando com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação. Isto é, a conjuntura política e tecnológica tornou-se favorável à implementação da EAD como alternativa para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação de adultos, para conter gastos nas áreas de serviços educacionais e, no nível ideológico, traduzir a crença de que o conhecimento está disponível a quem quiser.

Atualmente, a EAD conseguiu superar os preconceitos, mostrando que é possível desenvolver propostas de alta qualidade, inclusive em programas de graduação e pós-graduação, atendendo à complexidade do processo ensino-aprendizagem, de modo a inserir seus destinatários no cenário profissional em condições similares aos egressos da modalidade presencial. Essa “nova” modalidade de educação continua servindo-se de materiais impressos, televisão e outras mídias e, mais recentemente, das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Na década de 90, com a incorporação da rede de satélites, do correio eletrônico, com o surgimento da Internet (em 1994) e com os recursos associados a outras mídias, a distância deixa de ser um obstáculo para a interação pedagógica. É um momento importante de transição da EAD para a educação sem distância, tanto no que se refere ao espaço/tempo quanto à democratização da educação de qualidade pela sua utilização.

O uso das tecnologias contemporâneas (inclusive a Internet) na educação pode não representar uma inovação pedagógica, pois a utilização de sofisticados recursos tecnológicos em velhas práticas educacionais não é garantia de uma nova educação. Logo, o que, em essência, determina o valor da EAD é a qualidade do projeto pedagógico a ser implementado: seus objetivos, a concepção de ensino/aprendizagem adotada, a pertinência e a atualidade dos conteúdos, as estratégias didáticas, as relações entre os participantes, a liberdade para buscar informações e colocar e discutir problemas reais levantados pelo grupo. Evidentemente, a escolha dos suportes tecnológicos adequados aos propósitos visados é uma decisão de importância indiscutível.

Litwin (2000, p.11)³ afirma, com muita propriedade, que hoje os suportes mudaram em todo mundo, mas fundamentalmente

“para dar conta de novas possibilidades de comunicação. Por trás da EAD, do mesmo modo que de um curso presencial, encontram-se docentes que escrevem os programas, os guias, as atividades e que selecionam os textos ou a bibliografia. A qualidade dessas propostas é que proporciona a qualidade do programa ou projeto. Se, além da qualidade dos materiais, asseguramos que a relação com o docente seja efetiva, que o correio ou o fax funcionem e que as perguntas dos estudantes sejam não só respondidas mas estimuladas, estamos falando de educação” (In: Giusta e Franco. Org., 2003, p. 26).

A escola, por sua vez, precisa digerir e incorporar esses novos paradigmas para a educação, buscando modificar sua visão paroquial, localizada, que ignora as profundas alterações introduzidas na sociedade pelos meios e tecnologias de informação responsáveis pelas novas maneiras de “apreender” e “aprender” o mundo.

O novo cenário promove mudanças na maneira como o homem contemporâneo pensa, conhece e aprende. Isso pressupõe novos papéis para estudantes e professores: estes podem ser considerados não apenas como facilitadores como também como administradores de curiosidades, ao passo que os alunos devem ser vistos como arquitetos do conhecimento.

³ LITWIN, Edith (Org.) **Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

O desafio que se impõe é a transição de um paradigma conservador que predominou nos últimos séculos para um novo paradigma – emergente – que venha proporcionar a renovação de atitudes, valores e crenças neste início de século.

O processo de construção, desconstrução ou reconstrução do conhecimento aponta para a ultrapassagem da visão compartimentada, disciplinar, única e isolada, num esforço de reaproximar as disciplinas que devem se desencadear e se interconectar como uma rede – uma teia interligada e interdependente – composta por galerias temáticas transdisciplinares.

1.3A EAD: uma nova modalidade educativa

A EAD ainda é assunto polêmico. As vozes exaltadas de seus acusadores e apologistas se levantam apenas para apontar os seus problemas e as suas controvérsias. Como se pode observar, a EAD ultrapassa a função de redentora de alguns fracassos do sistema educacional, como foi historicamente seu caso, e torna-se mecanismo para atender a demandas de grande relevância no ensino, inclusive na graduação e na pós-graduação.

Considerando a EAD, antes de tudo, educação, admitimos que ela também se define como processo de formação humana cujas finalidades podem ser resumidas no preparo do aluno para o exercício da cidadania, com toda a complexidade que isso implica. Ela representa a possibilidade de propor estruturas e formas alternativas de aprendizagem, que poderão ter grande impacto na educação em geral, é inovadora e criativa, inter-relaciona a educação formal seqüencial e a permanente, viabiliza o aprender como uma função central elementar da vida humana, contribui para igualar as chances educacionais e para superar privilégios educacionais.

A EAD deve ser entendida como processo de formação humana que se organiza e desenvolve metodologicamente de modo diferente do modelo presencial, no que concerne ao tempo e ao espaço. Ela não deve ser confundida com o instrumental, com tecnologias a que se recorre. Como a EAD é antes de tudo educação, o que é válido na educação presencial deve ser implementado na modalidade a distância. As potencialidades que as tecnologias de informação e comunicação oferecem podem tornar aquela modalidade mais próxima da presencial, no que se refere à interação pessoal para aperfeiçoar o processo de comunicação mediada, de orientação sistemática e acompanhamento constante voltados para a formação de competências e atitudes que possibilitem ao sujeito aprendiz tornar-se mais autônomo, sujeito de uma autoformação contínua.

Assim sendo, o critério para analisar uma proposta de EAD parece não estar na mediação tecnológica, mas na concepção didático-pedagógica que subjaz tanto ao suporte tecnológico como a sua utilização na mediação tecnológica. Logo, a proposta pedagógica da EAD é diferente da educação presencial mas pode se aproximar deste.

A EAD tem como objetivo atender à necessidade de democratização do ensino, criando possibilidades de acesso e escolarização a um contingente que não tem ou não teria condições de frequentar cursos presenciais por motivos diversos como: atraso no

processo de escolarização, impossibilidade física e/ou geográfica de frequentar a escola, dificuldade imposta pelo trabalho, desemprego etc.

É importante observar que, ainda que a EAD tenha como um dos pressupostos primordiais a autonomia intelectual do aluno e a sua possibilidade de escolher espaços e tempos para realizar as atividades pedagógicas, não podemos confundir-la com autodidatismo. Isso nos leva a uma reflexão sobre os papéis do professor e do aluno de EAD.

1.4 O perfil do professor de EAD

A EAD, como modalidade de educação, deve ser regida pela intencionalidade e por um programa criterioso e avançado no que se refere ao processo ensino-aprendizagem, no qual a figura do professor ganha ainda maior importância. Ele passa a exercer a função de criador, partícipe e avaliador de situações didáticas que satisfaçam as necessidades e interesses dos alunos e possam, assim, mobilizá-los para lidar com problemas, projetos, temas e situações de aprendizagem, em ambientes de máxima interação possível. A ele compete, portanto, elaborar os materiais didáticos; selecionar conteúdos, que devem ser sempre atualizados; conhecer seus alunos e avaliá-los continuamente para fundamentar o atendimento individualizado; averiguar a funcionalidade do planejamento, fazendo os ajustes necessários; estimular a interação e, sobretudo, estimular a apresentação, discussão e possíveis soluções de problemas reais e projetos.

Vale, também, acentuar que a EAD supõe uma mudança de mentalidade, por parte dos educadores, nem sempre fácil, não só pelo preconceito, mas, sobretudo, pela concepção de educação como tutela. Só conseguem acreditar e trabalhar com EAD aqueles educadores que, além de outros requisitos peculiares a essa ação pedagógica, têm do homem, e por extensão do aluno, a visão de que se trata de um ser dotado de autonomia, capaz de organizar internamente informações retiradas do mundo físico e cultural. Isso equivale a afirmar que o aluno é sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem, e que o papel do professor e dos tutores, nos programas de EAD torna-se mais exigente, o que concorre para elevar o prestígio do professor. Assim, cabe aos professores, nos espaços de maior legitimidade, analisar criteriosamente as mudanças que se interpõem em seu percurso profissional, reivindicar atualização e encontrar, inclusive, as salvaguardas necessárias à categoria.

Nessa nova perspectiva, o professor, enquanto mediador e facilitador da aprendizagem, precisa ficar atento à sensação de isolamento e solidão entre os participantes de um grupo de aprendizagem produzida pela distância geográfica, e muitas vezes pela distância temporal, repercutindo de forma indesejável nos níveis de motivação. Como a interlocução a distância não consegue reproduzir as nuances que ocorrem em uma situação de interação face a face, o professor deve ter flexibilidade e habilidade para enfrentar esses e outros desafios que podem aparecer durante o curso.

Em um curso a distância, a relação dialógica entre professor e aluno dar-se-á mediatizada por recursos didáticos, ou melhor, pelo material impresso, pelo texto escrito elaborado, estruturado e planejado pelo professor (especialista) da área do conhecimento, para possibilitar ao aluno a distância a apropriação e a incorporação dos conhecimentos, habilidades e competências necessários a sua autonomia intelectual. Um

curso a distância pressupõe tempo para elaborar novos materiais e métodos, dado que esses materiais apresentam especificidades, o que requer um permanente aprendizado. Além disso, há necessidade de pesquisas permanentes em busca de novas informações e novas metodologias para aperfeiçoar a maneira de apresentar um conteúdo.

A tarefa de um professor de EAD deve estar centrada no “*acompanhamento e gestão das aprendizagens: o incitamento à troca dos saberes, a mediação relacional e simbólica, a pilotagem personalizada dos percursos de aprendizagem etc*” (Lèvy, 199, p.171, In: Bastos⁴,2002, p. 262).

Para a eficiência do processo de educação a distância, é necessário que o trabalho desenvolva-se com uma equipe de profissionais qualificados e com conhecimento dessa metodologia, para auxiliarem o professor nas tarefas de selecionar materiais, definir parâmetros, organizar e orientar as atividades, avaliar e controlar o desempenho dos alunos, integrar e motivar os participantes do curso etc. Enfim, uma parceria que assegure a qualidade técnica e didático-pedagógica do curso.

É engano considerar que programas a distância podem dispensar o trabalho e a mediação do professor. Nesses cursos, os professores vêem suas funções se expandirem: são produtores quando elaboram suas propostas de cursos; conselheiros quando acompanham os alunos; parceiros quando constroem com os especialistas em tecnologia abordagens inovadoras de aprendizagem. Portanto, são muito mais que simples “tutores” como tradicional e de forma reduzida os professores-orientadores que atuam a distância vêm sendo denominados.

A tutoria passa a ser um componente importantíssimo na organização e desenvolvimento da EAD, porque irá acompanhar, orientar e avaliar todo o processo de ensino-aprendizagem do aluno, em suas necessidades, sobretudo nos momentos de atividade e de estudo não presencial.

1.5 O perfil do aluno de EAD

Quando se fala em aprendizagem, quer seja num curso presencial, quer a distância, é necessário considerar o sujeito central do processo: o aluno. O perfil do aluno de educação a distância pressupõe, principalmente, características como independência e interesse na busca do conhecimento.

As características fundamentais da sociedade contemporânea que mais têm impacto sobre a educação são, pois, maior complexidade, mais tecnologia, compressão das relações de espaço e tempo, trabalho mais responsabilizado, com maior mobilidade, exigindo um trabalhador multicompetente, multiqualificado, capaz de gerir situações de grupo, de se adaptar a situações novas, sempre pronto a aprender. Em suma, um trabalhador mais informado e mais autônomo.

Por suas características intrínsecas, por sua própria natureza, a EAD, mais do que as instituições convencionais de ensino superior, poderá contribuir para a formação

⁴ BASTOS, Neusa Barbosa, (org.). **Língua Portuguesa, uma visão em mosaico**. São Paulo: IP-PUC-SP/EDUC, 2002.

inicial e continuada destes estudantes mais autônomos, já que a auto-aprendizagem é um dos fatores básicos de sua realização.

Por aprendizagem autônoma entende-se um processo de ensino e aprendizagem centrado no aprendente, cujas experiências são aproveitadas como recurso, e no qual o professor deve assumir-se como recurso do aprendente, considerado como um ser autônomo, gestor de seu processo de aprendizagem, capaz de autodirigir e auto-regular este processo. Este modelo de aprendizagem é apropriado a adultos com maturidade e motivação necessárias à auto-aprendizagem e possuindo um mínimo de habilidades de estudo.

O conceito de aprendente autônomo ou independente, capaz de autogestão de seus estudos é ainda embrionário, do mesmo modo que o estudante autônomo é ainda exceção no universo de nossas universidades abertas ou convencionais. A única unanimidade em torno do assunto talvez seja a convicção de que a educação em geral e o ensino superior em particular devem transformar-se para dar condições e encorajar uma aprendizagem autônoma que propicie e promova a construção do conhecimento, isto é, que considere o conhecimento como processo e não como mercadoria.

Há uma tendência prevalente, ainda em curso na EAD, de considerar o estudante como matéria-prima de um processo industrial onde o professor é o trabalhador e a tecnologia educacional é a ferramenta. Neste modelo, o currículo funciona como o plano de modelagem do produto, que é o aluno educado. Na aprendizagem autônoma, ao contrário, o estudante não é objeto ou produto, mas o sujeito ativo que realiza sua própria aprendizagem.

Em EAD, nem sempre os níveis de cooperação são os esperados, porque os alunos estão pouco engajados nas atividades cooperativas, e nem sempre assumem as responsabilidades exigidas. Portanto, o resultado a ser conseguido depende muito da iniciativa individual do aluno e da sua habilidade de trabalhar por si próprio, com uma certa autonomia. Trata-se de um fator até mais preponderante do que a atuação do professor, embora o sucesso ou não de cada curso sempre dependa de um conjunto de aspectos. Entretanto, o grande índice de evasão em cursos mediados pelo computador constata que não são todos os indivíduos que apresentam as características imprescindíveis necessárias para participar de cursos dessa natureza.

Uma crítica comum, e muitas vezes pertinente, aos ambientes educacionais a distância é que a liberdade de trabalho concedida aos alunos pode levar à falta de sistematização do conhecimento que está sendo construído.

Em ambientes de aprendizagem *on-line*, por exemplo, a participação em *chats*, *forums* e grupos de discussão, se não são atividades obrigatórias, contam sempre com a participação de poucos alunos, o que é justificado pela falta de tempo e pela própria opção do aluno de fazer sua caminhada independentemente da dos companheiros. Além da falta de tempo, que pode ser uma dificuldade real, há também o sério problema da administração do tempo e mesmo da compreensão do conceito de flexibilidade do tempo na EAD. O que ocorre, com frequência, é o atraso na realização das atividades, como se flexibilidade significasse indeterminação de prazos. Na verdade, trata-se de uma questão de disciplina, algo extremamente necessário ao exercício da autonomia. A falta de autonomia e de disciplina se deve, provavelmente, ao apego às tradicionais

formas do ensino presencial. Talvez esses sejam os maiores desafios da EAD, porque a evasão e o isolamento dos alunos se devem, em grande parte, a esses fatores.

Portanto, a implantação de um curso de graduação a distância como o proposto aqui neste documento deve merecer toda a atenção dos envolvidos no processo e cuidados necessários com os estudantes desse curso para que estes não realizem uma aprendizagem passiva, digerindo pacotes instrucionais e regurgitando os conhecimentos assimilados nos momentos de avaliação.

1.6 A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a EAD

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (lei 9.394/1996) – promulgada em 20 de dezembro de 1996, prevê a implantação gradativa da EAD no Sistema Nacional de Ensino.

O Art. 80 da Lei estabelece que a União incentivará o desenvolvimento de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e regulamentará os requisitos básicos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos a distância.

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998).

O governo também criou no Ministério da Educação, no nível mais elevado de sua hierarquia organizacional, uma Secretaria de Educação a Distância (SEED), que conta com programas, banco de dados e outras atividades orientadas para a definição de uma política nacional de EAD.

Portanto, a EAD, no Brasil, é uma realidade em fase de estudo, discussão, pesquisa. Algumas instituições já implementam ações concretas, como mostram várias experiências em andamento: as da Universidade de Brasília (UnB), onde a EAD é prioridade, por meio de projetos de extensão universitária, educação continuada, pós-graduação *lato sensu*; as da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Laboratório de Ensino a Distância (LED), que oferece, entre outros, vários cursos de mestrado e doutorado a distância; as da Universidade de São Paulo (USP), com o projeto *Escola do Futuro*; e aqui, na Universidade Federal do Pará (UFPA), com projetos de cursos de extensão, de graduação e de pós-graduação *lato sensu*.

O MEC desenvolve projetos nessa modalidade de ensino, como o *TV Escola*, o *ProInfo* (Programa Nacional de Informática na Educação), o *Paped* (Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância) e o *Proformação* (Programa de Formação de Professores em Exercício). Por isso, essas e outras iniciativas, originadas aqui ou transmitidas por outros países, ganham força no Brasil graças ao desenvolvimento das

tecnologias emergentes, como o ensino assistido por computador, a multimídia, a videoconferência, a Internet, dentre outros.

1.7 As políticas da UFPA para a EAD

A história da EAD na UFPA começou em 1992 com os primeiros debates a respeito da utilização desta modalidade em cursos dessa instituição. Em 1998, foi aprovado o “Projeto de Implantação da Educação Aberta e a Distância na UFPA”, que tinha como princípios a igualdade de oportunidades e experiências de novas metodologias. No ano seguinte, a UFPA instituiu o Programa de Educação a Distância, subordinado à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação.

A UFPA foi uma das primeiras universidades no Brasil a se credenciar junto ao Ministério da Educação para oferta de cursos de graduação a distância por meio do Parecer CES/CNE nº 670/98. Atualmente faz parte de consórcios/convênios com as seguintes instituições:

- Universidade Virtual Pública do Brasil – UNIREDE: consórcio de 70 Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil;
- CampusNet Amazônia: consórcio de 10 Instituições de Ensino Superior da Amazônia;
- Consórcio Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro – CEDERJ: consórcio de 06 instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro;
- Universidade Nacional de Educação a Distância, Madri/Espanha – UNED;
- Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC/PA;
- Universidade Estadual do Pará – UEPA;
- Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

Dentre as ações mais recentes destacam-se:

- Curso de Extensão em Alfabetização com Base Lingüística;
- Curso *on-line* de Extensão em Língua Portuguesa;
- Cursos Livres *on-line* de Línguas Estrangeiras (Alemão, Inglês e Francês);
- Curso de Licenciatura em Matemática (Parecer CES/CNE nº 670/98);
- Curso de Especialização em Letras (Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa);
- Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Desenvolvimento Regional – PLANEAR;
- Curso de Licenciatura em Biologia;
- Curso de Licenciatura em História;
- Curso de Licenciatura em Química.

Respaldado pelo Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará (2001-2010) e demonstrando uma visão estratégica da administração maior, o programa de EAD encontra-se administrado, atualmente, pela Secretaria Especial de Educação a Distância (SEAD), vinculada diretamente à Reitoria da UFPA.

O Plano visa a atender a demandas oriundas dos 143 municípios do Estado do Pará, ampliando a oferta de cursos oferecidos na modalidade presencial pelos diversos campi da UFPA, com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação multimídia, internet e vídeo-conferência.

No momento, a SEAD trabalha no projeto de implantação de um Campus Virtual de Ensino-Aprendizagem, ciente que está da preocupação de não ficar à margem

do processo científico-tecnológico e da garantia da democratização do acesso ao ensino de qualidade.

1.8 O Curso de Licenciatura em Letras

O objetivo primordial de qualquer curso de graduação não deve ser o fornecimento de informações, mas a organização de sua compreensão. O processo educacional deveria ser fundamentalmente formativo e não informativo. Porém, no ensino brasileiro, da pré-escola à graduação, o que prevalece é o processo informativo, com ênfase na reprodução do já sabido, na memorização temporária dos conhecimentos.

No ensino de português dos níveis fundamental e médio, por exemplo, o processo informativo caracteriza-se pelo predomínio da metalinguagem sobre a linguagem (por exemplo, os alunos aprendem análise sintática para “desconstruir” períodos e classificar orações e não para construir períodos bem articulados); pelo estudo das categorias lingüísticas sem compreensão de seu papel na produção de efeitos de sentido (por exemplo, não se estudam os artigos para perceber seus diferentes efeitos de sentido em frases como *reencontrei uma grande amiga* e *reencontrei a minha grande amiga*); pela ausência de ensino sistemático dos mecanismos de produção e interpretação dos textos (por exemplo, não se estudam as relações semântico-discursivas entre idéias do texto e os recursos lingüísticos usados em função dessas relações). Depois de 11 anos tendo aulas de português, o aluno não é capaz de produzir um texto adequadamente estruturado e tem dificuldade de compreender o que lê. Isso é muito grave, quando se sabe que o domínio da língua é uma das habilidades primordiais na formação de qualquer profissional de nível superior.

O ensino de graduação, muitas vezes, segue esses mesmos princípios. O estudante, em vez de aprender a compreender os fenômenos, memoriza elementos cujo alcance e significado dentro de um determinado domínio do conhecimento desconhece. Não se está negando a importância das informações, mas mostrando que sua aquisição deve estar direcionada para a compreensão.

Cabe à Universidade alterar essa lógica, concebendo programas menos enciclopédicos que conduzam o aluno da passividade ao trabalho duro de construção do conhecimento. O que se vê em grande parte dos cursos de graduação são problemas que dizem respeito à própria concepção: labirinto de disciplinas sem nenhuma relação entre si; excesso de disciplinas obrigatórias; pré-requisitos insensatos; falta de disciplinas optativas; disciplinas optativas de interesse muito reduzido na formação global dos alunos; ausência de relação entre ensino e pesquisa; transmissão do já sabido sem a devida compreensão; nenhuma orientação aos estudantes; licenciaturas cuja estrutura é excessivamente rígida, impedindo que os alunos possam organizar currículos mais adequados a seus interesses etc.

1.9 O currículo do Curso de Licenciatura em Letras

O Curso de Licenciatura em Letras precisa ser pensado dentro do espírito de que a graduação deve ser formativa e não simplesmente informativa. A Licenciatura em Letras tem como finalidade básica a formação de professores e, complementarmente, a

de despertar o interesse pela pesquisa, que será desenvolvida nos cursos de pós-graduação.

Além disso, ele não pode ter a finalidade de levar o aluno a aprender a ler e escrever, porque essa é a finalidade do ensino de Língua Portuguesa nos níveis fundamental e médio. Esses níveis de ensino têm a finalidade precípua de tornar o aluno um produtor de textos competente e um leitor eficiente. Todos os que saem desses níveis de ensino devem escrever com correção, com clareza, com progressão, com coerência, com coesão etc.

A Licenciatura em Letras não pode se limitar a uma abordagem instrumental da língua, como se seu objetivo fosse formar o seu usuário. É evidente que a elaboração de trabalhos e a realização de provas ajuda a desenvolver as habilidades pressupostas pelas atividades de leitura e produção de textos, pois o aluno lê, cotidianamente, textos escritos produzidos em obediência às regras da modalidade escrita e é obrigado a produzir os próprios textos nessa modalidade. Por conseguinte, transformar os objetivos do ensino de português nos níveis fundamental e médio em objetivos do curso de Licenciatura em Letras é correr o risco de transformar este nível em mera continuação do ensino fundamental e do médio. O que está em jogo nesse curso é a formação do professor, e não mais do usuário, sendo o domínio da norma culta em sua modalidade escrita pré-requisito indispensável para começar um curso superior de Letras.

No curso de Letras deve-se aprender a refletir sobre os fatos lingüísticos e literários, analisando-os, descrevendo-os e explicando-os. A análise, a descrição e a explicação dos fatos lingüísticos e literários não podem ser feitas de maneira impressionista, mas devem fundamentar-se em teorias.

Todos os estudiosos da linguagem humana sabem que há uma distinção entre os estudos lingüísticos e as demais ciências, na medida em que seu objeto, a linguagem, só pode ser analisado, descrito e explicado, usando-se a própria linguagem: a linguagem-objeto, que é o objeto da análise, e a metalinguagem, que é a “ferramenta da análise”. Enquanto o ensino de Português, nos níveis fundamental e médio, visa, precipuamente, ao domínio da linguagem-objeto, um curso de Letras tem por objetivo o domínio da metalinguagem.

O curso de Letras contém o que se pode chamar de duas áreas de conhecimento, que se delinearão, natural e claramente, ao longo da história da constituição dos estudos da linguagem humana: um tem por objeto o estudo dos mecanismos da linguagem humana por meio do exame das diferentes línguas faladas pelo homem; o outro tem por finalidade a compreensão de um fato lingüístico singular, que é a literatura. Embora claramente distintas essas duas áreas mantêm relações muito estreitas. De um lado, um literato não pode voltar as costas para os estudos lingüísticos, porque a literatura é um fato da linguagem; de outro, não pode o lingüista ignorar a literatura, porque este é o campo de estudos em que se observa a língua em todas as suas possibilidades e em que se condensam as maneiras de ver, de pensar e de sentir de uma dada formação social numa determinada época. A literatura é a súpula de toda a produção do espírito humano ao longo da História.

Essas duas áreas centram-se em duas disciplinas que, num currículo orgânico, têm a finalidade de fornecer o arcabouço teórico para o estudo das diferentes línguas e literaturas: a Lingüística e a Teoria Literária.

1.10 O perfil do licenciado em Letras

Já foi dito aqui que um dos males dos cursos de graduação é que estes são mais informativos do que formativos. Somente a partir da concepção de curso de carácter informativo se pode pensar na possibilidade de ensinar, por exemplo, tudo a respeito da morfologia e da sintaxe de uma língua. Em um curso baseado numa concepção formativa, é necessário treinar a sensibilidade do aluno para os fatos lingüísticos e literários. Assim, o aluno precisa aprender a observá-los, a detectar um problema a ser analisado, descrito ou explicado; a formular hipóteses descritivas ou explicativas; a procurar os meios para resolver o problema enunciado. Em síntese, o que se quer é uma atitude investigativa diante da língua e da literatura. Para isso, o estudante precisa ser introduzido no estudo de teorias lingüísticas e literárias e ser levado a um trabalho de análise, descrição ou explicação dos fatos da linguagem.

Assim, o licenciado em Letras deverá:

- a) ser um profissional comprometido com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- b) desenvolver uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, sua relação com o mundo contemporâneo, estabelecendo relações de parceria e colaboração com os pais de forma a envolvê-los na construção e na valorização dos conhecimentos, demonstrando, assim, compreensão do papel social da escola;
- c) conhecer não só os conteúdos específicos relacionados às etapas da educação básica para as quais se preparou, mas também aqueles relacionados a uma compreensão mais ampla de questões culturais, sociais, econômicas e de questões referentes à docência, levando em conta uma articulação interdisciplinar;
- d) recorrer a estratégias diversificadas para formular propostas de intervenção pedagógica ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos, aos objetivos das atividades propostas e às características dos conteúdos próprios às etapas da educação básica para as quais se preparou;
- e) compreender a pesquisa como um processo que possibilita tanto a elaboração de conhecimento próprio, quanto o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- f) gerenciar o próprio desenvolvimento profissional tanto por meio de formação contínua, quanto pela utilização de diferentes fontes e veículos de informação;
- g) saber buscar e/ou criar oportunidades de trabalho em sua área de atuação e condições favoráveis para o bom desempenho de sua profissão.

1.11 O perfil do licenciado em Letras com habilitação em língua portuguesa

O objetivo geral do Curso de Licenciatura em Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito. Independentemente da habilitação escolhida, o profissional de Letras deve ter domínio do uso da língua que é objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além

de ter consciência das variações lingüísticas e culturais. Ele deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo. O graduando deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas a sua área.

O licenciado em Letras com habilitação em língua portuguesa deverá ser um profissional cultural e *linguageiramente* competente, com visão crítica e conhecimento teórico-prático aprofundado da língua portuguesa.

Segundo a portaria MEC nº 55, de 05 de fevereiro de 1998, um graduado em Letras deve ter

- a) domínio teórico e descritivo dos componentes fonológico, morfossintático, léxico e semântico de uma língua;
- b) domínio de diferentes noções de gramática e (re)conhecimento das variedades lingüísticas existentes, bem como dos vários níveis e registros da linguagem;
- c) capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento de uma língua, em particular da língua portuguesa;
- d) capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam as investigações sobre a linguagem;
- e) domínio ativo e crítico de um repertório representativo de literatura em língua portuguesa e capacidade de identificar relações intertextuais com obras de literatura universal;
- f) domínio de conhecimento histórico e teórico necessário para refletir sobre as condições sob as quais a expressão lingüística se torna literatura;
- g) domínio de repertório de termos especializados por meio dos quais se pode discutir e transmitir a fundamentação do conhecimento da língua e da literatura;
- h) capacidade de desempenhar papel de multiplicador, visando à formação de leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros;
- i) atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento na área e a utilização de novas tecnologias;
- j) capacidade de organizar, expressar e comunicar o pensamento em situações formais e em língua culta.

Evidentemente, um graduado em Letras deve saber usar adequadamente a Língua Portuguesa em seus diferentes níveis e registros e deve principalmente ser capaz de utilizar, de maneira competente, a língua em sua modalidade escrita.

Podem ser consideradas áreas de atuação do licenciado em Letras com habilitação em língua portuguesa:

1. Ensino de língua portuguesa
 - em escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e particular de ensino;
 - em empresas públicas ou privadas.
2. Trabalho autônomo como
 - professor particular;
 - colaborador e/ou elaborador de livros-texto;
 - assessor em empresas públicas ou privadas;
 - assessor em centros de documentação, editoras etc.

1.12 O arcabouço teórico do curso de Letras

A complexidade do fenômeno da linguagem levou à criação de diferentes teorias, diferentes métodos e mesmo diferentes objetos para a ciência da linguagem. As distintas teorias estão em desacordo sobre conceitos básicos: a natureza da linguagem é ainda mal conhecida; a origem da linguagem humana é um mistério, pois não sabemos ao certo quando os homens falaram nem como. No entanto, podemos descrever o funcionamento das línguas naturais, estabelecer características universais da linguagem, descrever como se organiza um texto, formular hipóteses sobre as misteriosas operações que realiza o cérebro para permitir-nos falar etc. Diante dessa situação, em um curso de graduação em Letras o que se precisa é introduzir o aluno em teorias suficientemente fortes para permitir a análise, a descrição ou a explicação dos fatos de linguagem.

Dentro dessa concepção, Lingüística e Teoria Literária seriam as disciplinas encarregadas de dar ao aluno essa fundamentação teórica para o estudo das diferentes línguas e das diversas literaturas. Por exemplo, caberia à Lingüística ensinar teoria fonológica, enquanto, em Língua Portuguesa, se ensinaria o sistema fonológico do Português e, em Língua Inglesa, o sistema fonológico do Inglês.

Detalhando mais a relação entre Lingüística e línguas e entre Teoria Literária e literaturas, bem como os conteúdos gerais dessas disciplinas, pode-se dizer que a Lingüística deve, depois de discutir uma concepção não vulgar das funções da linguagem, dar ao aluno noções teóricas a respeito dos cinco grandes objetos teóricos: a *langue*, a competência, a mudança, a variação e o uso. Os dois primeiros (ou um deles) devem contemplar os componentes fonológico, morfológico, sintático e semântico. O último deve contemplar aspectos da pragmática, das teorias do discurso e do texto e da análise da conversação. A um curso de língua cabe promover o estudo de como esses aspectos se realizam numa dada língua humana.

É da alçada da Teoria Literária discutir os conceitos, as funções, os gêneros e a periodização da literatura, bem como os elementos constitutivos da narrativa, da poesia e do teatro. Às literaturas compete o estudo da formação de uma literatura específica e da constituição do seu cânon, bem como o exame de suas obras relevantes e da relação entre o campo literário e outros campos discursivos. As literaturas devem discutir as condições de produção, circulação e recepção dessas obras, bem como sua fortuna crítica. Um currículo pensado dessa maneira é um todo orgânico, em que Lingüística e línguas e Teoria Literária e literaturas mantêm estreitas relações, não constituindo disciplinas que não guardem entre si qualquer relação.

O curso de Licenciatura em Letras não forma apenas lingüistas e estudiosos da literatura, mas também professores. Assim, é necessário, além dos componentes curriculares já definidos, um componente que poderíamos chamar, com base na tradição, pedagógico. Esse componente, no entanto, não deveria conter disciplinas comuns a quaisquer licenciaturas. Ao contrário, é necessário que esses componentes sejam específicos.

Explicitando melhor essa questão, pode-se dizer que hoje é necessário dar uma formação mais geral ao estudante. Quando se apóia essa posição, o que se subentende é que o aluno precisaria dedicar-se a diferentes áreas do conhecimento. No entanto, um currículo é uma seleção com vistas à formação de um estudante e, se for constituído de pinceladas de Filosofia, de tinturas de Antropologia, de pitadas de Lingüística, teremos

um estudante que não sabe nada. Na verdade, é a partir de sólidos conhecimentos num domínio específico do saber que se pode abrir para as íntimas relações dos diversos campos do saber. A tão decantada interdisciplinaridade não surge na instância *a quo* do processo de investigação, mas na *ad quem*. A interdisciplinaridade estabelece-se como exigência do trabalho disciplinar, quando se verifica que um problema deve ser tratado sob diferentes óticas e perspectivas. Assim, a interdisciplinaridade não significa a diluição das teorias, dos métodos e das técnicas dos diferentes campos do conhecimento num todo amorfo e eclético, mas exige um profundo conhecimento da disciplina e do tratamento da questão que está sendo proposta. A interdisciplinaridade não é dada como pré-condição, mas surge como exigência interna ao trabalho que está sendo realizado. Não é criada por decreto, mas construída no cotidiano do pesquisador. Não se quer um currículo em que haja História de almanaque, Psicologia de algibeira e assim por diante.

Ora, diante disso, o componente pedagógico deve apresentar especificidades. No caso da formação do professor de línguas e literaturas, mais do que conhecimentos esparsos e descontextualizados de Psicologia da Educação e de Didática, os alunos precisariam aprender a transformar os conteúdos aprendidos em prática pedagógica, para que não tenhamos conteúdos que não se preocupam com o como e componentes curriculares que se preocupam com um como abstrato, porque dissociado de qualquer conteúdo da disciplina.

Finalmente, a avaliação não deve incidir sobre elementos que possam ser memorizados, mas todo o processo avaliativo deve centrar-se na verificação da capacidade de o estudante refletir sobre fatos de linguagem, analisando-os, descrevendo-os e interpretando-os.

1.13 O contexto do Curso de Licenciatura em Letras na UFPA

Para que o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – na modalidade a distância possa atingir seus objetivos, é necessário analisar a conjuntura atual da formação do profissional que irá atuar no ensino de língua portuguesa nos níveis fundamental e médio, identificar os principais problemas responsáveis pela má formação desse profissional e sugerir soluções. Começamos, então, por situar historicamente o curso de Letras da UFPA.

1.13.1 Contexto histórico

O Decreto Nº 35.456, de 6 de maio de 1954, autorizou o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará, mantida pela Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária do Pará, com o objetivo de formar profissionais para atuarem no magistério, no então Ensino Secundário e Normal no Estado do Pará. Só no ano seguinte, porém, ocorreu o primeiro ano letivo, com a implantação de quatro dos seis cursos que haviam sido autorizados: Matemática, Letras Clássicas, Geografia e História (curso único) e Pedagogia. A estrutura curricular obedecia ao esquema identificado como “3 + 1”, ou seja, aos alunos que preenchessem os requisitos curriculares ao final de três anos era conferido o título de bacharel e aos que concluíssem o Curso de Didática (4º ano), o título de licenciado, com habilitação para exercer o magistério

secundário ou normal, no âmbito de cada área do conhecimento⁵. Com base no Parecer 283/62 do CFE, o Curso de Didática foi extinto, passando a Licenciatura a ser um grau equivalente ao do Bacharelado. Desse modo, o aluno poderia obter os dois títulos: o de bacharel e o de licenciado.

Com a criação da Universidade Federal do Pará, em 1957, a Faculdade de Filosofia foi incorporada, assim permanecendo até a Reforma Universitária, quando os cursos foram desmembrados entre os Centros de Estudos Básicos (Ciências Exatas e Naturais, Ciências Biológicas, Filosofia e Ciências Humanas e Letras e Artes) e o Centro de Educação, como Centro de Formação Profissional. Nessa estrutura, a responsabilidade pela formação do professor era partilhada: os Centros Básicos ficavam incumbidos da formação específica e o Centro de Educação, da formação pedagógica. Essa cisão existe ainda hoje: o Centro de Letras e Artes e o Centro de Educação atuam separada e independentemente na formação dos professores de línguas portuguesa e estrangeiras.

1.13.2 As novas exigências de formação

Os paradigmas escolares recomendados pela nova LDBEN exigem um corpo docente com capacidade profissional para tomar decisões e desenvolver importantes ações na própria escola, cabendo-lhes, por exemplo, a construção coletiva do respectivo projeto pedagógico, a definição de diretrizes curriculares, a organização dos tempos e espaços escolares, a formação continuada dos professores e outros aspectos. Em consequência, a escola tem hoje muito maior autonomia para a organização de suas propostas pedagógicas, o que pressupõe que existem professores mais profissionais do que no passado, quando as administrações centrais dos sistemas educacionais tutelavam de perto as unidades escolares.

De acordo com a nova LDBEN (Art.62), a formação de docentes para o ensino fundamental e médio deve ser feita em curso superior de licenciatura plena. A formação em nível médio é aceita como exigência mínima para o exercício na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, porém acena-se com o ideal da formação de todos em nível superior. Para essa formação, a LDBEN atribui aos Municípios, aos Estados e à União a responsabilidade de realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando, também, para isso, os recursos da educação a distância. O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001) quantifica essas recomendações em sua meta 18, que propõe o prazo de dez anos para que pelo menos 70% de todos os professores de educação infantil e de ensino fundamental possuam formação específica, em nível de licenciatura plena.

Nas regiões brasileiras mais desenvolvidas, que já atingiram patamares elevados de capacitação, a tendência à admissão de profissionais com nível superior para o ensino fundamental e médio é também consequência do maior número de formados em cursos universitários. Em outras regiões menos desenvolvidas, como a região amazônica, essa recomendação tornou-se um desafio, e é possível que por muitos anos suas escolas de ensino fundamental ainda continuem a admitir docentes com formação em nível médio.

⁵ Cf. ARAÚJO, L.M.S., CERQUEIRA, M. N. S. *Repensar das licenciaturas: o resgate do homem amazônico* (manuscrito).

Portanto este projeto se propõe a atender a essa grande demanda de licenciados em Letras, que atuam no ensino fundamental e médio sem formação superior, e que precisam ser capacitados sem abandonarem seu trabalho que é a fonte da sua subsistência. Pensando no grande número de professores que precisam dessa capacitação, estima-se a necessidade de atender a uma demanda de 1.000 professores durante os próximos dez anos, em toda a região amazônica, por meio de convênios formados com as prefeituras que compõem essa região e que estão dispostas a investir na capacitação desses professores.

Neste documento, apresenta-se uma proposta de estruturação do Curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – na modalidade a distância para a UFPA que, com base na legislação vigente⁶, oportunize ao graduando uma formação articulada que integre diferentes competências. Assim, procura-se sepultar definitivamente a separação entre conteúdo e preparação para a prática profissional. Leva-se em conta ainda, nesta proposta, a diversidade de formação do público alvo. Utiliza-se, então, o conceito de “aprendente utilizador” como aquele que se responsabiliza pelo seu processo de aprendizagem enquanto sujeito ativo e participante.

Além das disciplinas, são contempladas outras modalidades de formação dos aprendentes, aproveitando estudos anteriores destes tais como: participação em cursos e seminários, experiência profissional, elaboração de monografias, participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, participação em eventos científicos e culturais, publicação de trabalhos acadêmicos, além, é claro, de atividades a distância, como a realização de cursos *on-line* e/ou de teleconferências.

Como também já foi dito, este projeto político-pedagógico procura integrar diferentes tipos de competências que se interseccionam para a formação de um profissional apto a exercer sua cidadania. Nele, articulam-se competências referentes

- ao uso da língua/linguagem (eixo do uso),
- ao domínio dos conteúdos e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional futuro (eixo da reflexão),
- aos saberes procedimentais (eixos do uso e da reflexão),
- ao domínio da prática e do conhecimento pedagógicos (eixo da prática)⁷.

1.14 O Curso de Licenciatura em Letras na modalidade a distância

1.14.1 O pré-requisito para o ingresso no curso

Numa situação ideal, para ingressar no Curso de Letras, deveria ser pré-requisito o domínio das modalidades escrita e oral da Língua Portuguesa. Não é, no entanto, o que ocorre. O aluno chega ao curso superior sem ser capaz de usar, de maneira eficaz, a norma culta da Língua Portuguesa, especialmente na modalidade escrita, resultado de lacunas oriundas de sua formação nos níveis fundamental e médio. Ademais, nos últimos anos, os classificados em Letras por meio de processo seletivo da UFPA têm apresentado resultados bem abaixo da média de outros cursos dessa instituição. Por essa

⁶ Para as licenciaturas, ver Lei 9394/96, Pareceres CNE/CP 028/2000, CNE/CP 009/2001, CNE/CES 492/2001 e Resoluções CNE/CP 1/2002, CNE/CP2/2002 e CNE/CES 18/2002.

⁷ Cf. Resolução CNE/CP1 de 18 de fevereiro de 2002.

razão, recomendamos a oferta de dois CURSOS PREPARATÓRIOS, que deverão ser realizados antes do início do curso de graduação - um curso de leitura e produção de textos, e um outro com noções de informática. Nesses cursos preparatórios serão dadas orientações práticas de leitura e produção de textos escritos, e de informática, com o objetivo de oferecer condições aos alunos para acompanhar um curso superior na modalidade a distância.

Esses Cursos Preparatórios também serão ofertados na modalidade a distância, com carga horária total mínima de 75 horas, durante 18 semanas, correspondente, portanto, a um semestre. As avaliações serão presenciais e os critérios para o ingresso dos alunos no Curso de Letras serão definidos pelo Colegiado do Curso de Letras a distância.

1.14.2 A estrutura do Curso de Letras a distância

O curso de Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – na modalidade a distância será ofertado com duração de 4 (quatro) anos.

Na busca da formação integral dos alunos surge a necessidade de comunicação multidirecional, mediada por tecnologias apropriadas. Com esse enfoque pedagógico, o processo de ensino-aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa - modalidade a distância se realizará mediante, basicamente,

- preparação de material didático atraente e produzido em linguagem adequada,
- elaboração de atividades relevantes e contextualizadas,
- interação de alunos, professores, tutores e
- acompanhamento/orientação e avaliação.

1.14.3 O público alvo do curso

Os documentos oficiais de educação – Constituição Federal, LDBEN e diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação – foram elaborados incorporando muitas das demandas da sociedade brasileira, em geral, e dos profissionais da educação, em especial. Esses documentos oficiais prevêem que os docentes do ensino fundamental e do médio deverão ter formação de nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena.

A iniciativa da Universidade Federal do Pará, por intermédio de parcerias interinstitucionais de setores de educação e de convênios que serão firmados com a comunidade externa a ser beneficiada, objetiva atender à demanda de qualificação de profissionais de educação não titulados que já se encontram em exercício.

O Curso de Letras a distância prioritariamente atenderá professores da rede pública de ensino do Estado do Pará (ensino fundamental e médio), com o ensino médio completo e que não tenham licenciatura plena.

Para a qualificação dos docentes – futuros alunos –, o curso se propõe a

- possibilitar-lhes um aprofundamento teórico/prático nas questões que envolvem o trabalho do professor de Língua Portuguesa em sua totalidade e complexidade;

- instrumentalizá-los nos procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa, desenvolvendo conhecimentos científicos que lhes facultem ver a realidade em que trabalham e nela intervir crítica e politicamente;
- possibilitar-lhes a compreensão das diversas concepções metodológicas e propostas de avaliação que fundamentam o trabalho docente nas diversas áreas do conhecimento;
- propiciar-lhes a compreensão das características do professor de Língua Portuguesa e as relações e implicações do seu saber/fazer com o contexto social mais amplo.

1.14.4 A equipe profissional

É engano considerar que programas a distância podem dispensar o trabalho e a mediação do professor. Nos cursos de graduação a distância, os professores vêm suas funções se expandirem. Segundo Authier (1998)⁸, “são produtores quando elaboram suas propostas de cursos; conselheiros, quando acompanham os alunos; parceiros, quando constroem com os especialistas em tecnologia abordagens inovadoras de aprendizagem”. Portanto, são muito mais que simples “tutores” como tradicionalmente e de forma reduzida os professores-orientadores que atuam a distância vêm sendo denominados.

Para enfrentar esses desafios o professor terá de aprender a trabalhar em equipe e a transitar com facilidade em muitas áreas disciplinares. Será imprescindível quebrar o isolamento da sala de aula convencional e assumir funções novas e diferenciadas. A figura do professor individual tende a ser substituída pelo professor coletivo. O professor terá de aprender a ensinar a aprender.

A educação a distância é necessariamente interdisciplinar, e é preciso considerar principalmente dois componentes desta nova modalidade de educação: a utilização cada vez maior das tecnologias de produção, estocagem e transmissão, por um lado; e, por outro, o redimensionamento do papel do professor.

Na modalidade de educação a distância o professor é responsável pela preparação e autoria de unidades curriculares (cursos) e de textos que constituem a base dos materiais pedagógicos realizados em diferentes suportes (livro-texto, programas em áudio, vídeo ou informática), bem como é responsável pela orientação do processo de aprendizagem, que passa a ser exercido em atividades de tutoria a distância, em geral individualizada, mediatizada por diversos ambientes interativos.

Esse novo papel do professor de mediatizador também implica novas relações entre aluno e professor. Este professor precisa passar da figura de reproduzidor do conhecimento para alguém que está interessado na construção do conhecimento de seu aluno. Para isso são fundamentais a reciprocidade e o interesse pelo acompanhamento do ensino-aprendizagem.

O professor em EAD precisa necessariamente ir além da organização do material didático e da responsabilidade pelas horas de aula presenciais. É indispensável

⁸ AUTHIER, Michel. Le bel avenir du parent pauvre. In Apprendre à distance. Le Monde de L'Éducation, de la culture et de la formation – Hors-série – France, Septembre, 1998.

acompanhar o trabalho de tutoria e dar atenção especial às dificuldades dos alunos, caso contrário, seu trabalho estará comprometido.

Para o professor trabalhar em EAD, além de necessitar ter formação específica nesta modalidade, ele precisa

- saber utilizar os recursos tecnológicos indispensáveis em EAD;
- respeitar o processo e o ritmo de aprendizagem do aluno;
- ter competência e formação na área em que irá atuar;
- ter condições de viajar e deslocar-se para outros municípios ou estados, até mesmo no período de férias e fins de semana.

Neste projeto, as competências do professor-orientador e do professor-tutor distinguem-se conforme as atribuições de cada um desses profissionais, que podem ser assim elencadas:

a) Compete ao professor-orientador:

- estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
- trabalhar na perspectiva da concepção do curso e de seu projeto pedagógico;
- selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;
- identificar os objetivos referentes às competências cognitivas, habilidades e atitudes;
- definir bibliografia, vídeografia, iconografia, audiografia etc., básicas e complementares;
- elaborar o material didático;
- avaliar o material didático antes e depois de ser impresso, videogravado, audiogravado etc., indicando correções e aperfeiçoamentos;
- motivar, orientar, acompanhar e avaliar os alunos;
- acompanhar o trabalho da tutoria;
- acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem do aluno juntamente com a tutoria;
- realizar atividades de extensão e pesquisa em EAD;
- auto-avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de graduação a distância;
- participar das reuniões pedagógicas do colegiado do curso;
- trabalhar nos encontros presenciais.

b) No sistema de EAD, a tutoria ou orientação acadêmica tem como seu mediador principal o professor-tutor, pois é por meio dele que se garante a inter-relação personalizada e contínua do aluno no sistema e na articulação entre os elementos do processo educativo. Portanto pela ação tutorial garante-se o fluxo da comunicação, o acompanhamento pedagógico e a avaliação de todo o projeto pedagógico em EAD.

A tutoria se define pela tarefa orientadora mais centrada no papel motivador e pela tarefa acadêmica mais centrada no atendimento didático-formativo do aluno, quer nos momentos a distância, quer nos momentos presenciais.

O tutor tem a responsabilidade de estimular, motivar e orientar os alunos a desenvolverem suas atividades acadêmicas e de auto-aprendizagem, ajudando-os na superação de dificuldades e problemas situacionais.

Nesta tarefa orientadora, ele levará em conta as dimensões pessoais do aluno, considerando os ritmos diversos de aprendizagem de cada um. Sua orientação se fará de modo contínuo e ao longo do processo sem interrupções.

São atribuições do professor-tutor:

- orientar o processo de ensino-aprendizagem;
- assessorar os alunos nas habilidades técnicas de trabalho intelectual, nos métodos de estudo e nas estratégias de aprendizagem;
- suscitar interesse pela investigação e uso de bibliotecas, laboratórios, instituições etc.;
- realizar sistematicamente exercícios de auto-avaliação e discussão de resultados de avaliações;
- fazer a intermediação do aluno e do material, orientado-o a vivenciar o currículo nas suas dimensões políticas, pedagógicas, socioculturais, éticas e de compromisso profissional;
- estimular o estudo em grupo e procurar motivar o estudante durante o curso para evitar a evasão do sistema.

Os aspectos fundamentais da função docente do tutor estão em informar, esclarecer, motivar, assessorar e orientar os alunos nos momentos infradiscriminados:

- **a distância:** quando o aluno, sozinho ou em pequenos grupos, buscará o contato com o orientador por meios de comunicação estabelecidos: postal, telefônico, fax, e-mail, multimídia, audiocassetes, rádio, etc.

- **nos momentos presenciais:** quando o aluno, individualmente ou em grupos, se encontrará com o tutor nos centros para discutir e avaliar seu processo de aprendizagem; para apresentar resultados de leituras, de atividades e de trabalhos; para tirar dúvidas ou para receber orientações.

A função da tutoria é proporcionar ao aluno condições de construir sua própria aprendizagem, sua independência cognitiva e sua auto-condução nos estudos.

Além das atividades didáticas, o tutor contribuirá com a avaliação, ao apontar falhas do sistema de orientação acadêmica, do suporte dos meios interativos e do sistema de avaliação. É de sua responsabilidade também informar ao coordenador da disciplina a necessidade de apoio complementar ou de redimensionamento não previsto no projeto, bem como encaminhar os problemas detectados pela avaliação dos alunos em relação ao sistema.

Não podemos definir um modelo universal de tutoria que seja o mais eficiente para EAD. Cada sistema tem as suas peculiaridades e deve buscar se resolver dentro do contexto em que se desenvolve. A UFPA, levando em conta importantes experiências consolidadas de Educação a Distância, no Brasil e no exterior, estabeleceu o planejamento do seu sistema de tutoria, prevendo um modelo que fundamentalmente busca atender às especificidades de seu público-alvo e da região.

Assim, a UFPA equacionará seu sistema de tutoria provendo, entre a sede e os pólos no interior, uma infra-estrutura de atendimento ao aluno que consistirá de duas modalidades de tutoria:

- 1- tutoria local
- 2- tutoria a distância.

A tutoria local será realizada presencialmente nos pólos, onde haverá um tutor para cada 25 alunos, a fim de desenvolver os atendimentos individuais e coletivos previstos. Os encontros presenciais dos tutores com os alunos serão realizados aos sábados, pela manhã e pela tarde, com o objetivo de orientar a aprendizagem do aluno. Essa atividade de tutoria será feita por professores dos Municípios-Pólo, que tenham Licenciatura Plena em Letras.

Para o atendimento às pessoas com necessidades especiais, as sedes dos pólos deverão prever a construção de rampas de acesso às dependências das escolas, onde serão realizados os encontros tutoriais e de outras instalações adequadas a este público, de forma a permitir a movimentação dos alunos em cadeiras de rodas.

A tutoria a distância será realizada por meio de fax, telefone e Internet. Cada aluno será acompanhado a distância, em cada disciplina, por docentes do quadro acadêmico da UFPA de reconhecida competência. Auxiliando estes professores, haverá um corpo de tutores pós-graduandos ou pós-graduados atuando a distância nas salas de tutoria da sede.

As duas modalidades de tutoria do Curso de Letras da UFPA, local (presencial) e a distância, serão organizadas em torno de três categorias:

- **Categoria 1:** Professores do quadro acadêmico da UFPA, que terão a função de coordenar os tutores das Categorias 2 e 3. Esses professores serão responsáveis pela seleção e treinamento dos tutores das categorias 2 e 3.
- **Categoria 2:** Os chamados tutores a distância responderão às dúvidas dos tutores dos pólos e dos alunos, relacionadas ao conteúdo das disciplinas. Esse atendimento será feito a partir da Sala de Educação a Distância, localizada na UFPA (Campus de Belém), por meio de Internet, telefone e fax. Para exercer a função de tutoria a distância, os profissionais que auxiliarão os alunos na construção do conhecimento nas diversas disciplinas que compõem o curso deverão ser graduados ou pós-graduados em Letras ou em áreas afins (especialmente Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia e História);
- **Categoria 3:** Os tutores dos Municípios-Pólo deverão ser Licenciados em letras e serão selecionados por professores pertencentes ao Colegiado do Curso de Letras a distância, para atuarem nos pólos com a função de acompanhar os alunos presencialmente. É necessário que esses profissionais tenham qualificação específica para orientar os alunos e os mesmos pré-requisitos dos professores da categoria 2.

Para cada categoria de tutor são definidas diferentes áreas de atuação. As competências de cada categoria irão se complementar de modo que o acompanhamento e a avaliação dos alunos sejam realizados da forma mais eficiente possível.

A equipe de profissionais da sede será composta pelo(a) coordenador(a) do curso, pelos professores e pelos tutores. A equipe de tutoria dos pólos será formada por um coordenador geral e por uma equipe de tutores locais. O coordenador será responsável pelo acompanhamento geral dos discentes inscritos no curso e pela supervisão dos tutores.

A seleção de tutores será realizada a partir de um processo seletivo, composto de uma análise de títulos, uma prova escrita e uma entrevista. A formação e o treinamento dos tutores da UFPA serão realizados pela Coordenação da SEAD e da PROEG, que juntamente com o Colegiado do curso tomarão para si a tarefa de formar e treinar os

tutores presenciais (baseados nos pólos) e os tutores a distância (baseados na sede). Essa capacitação se processará em três níveis:

- capacitação em educação a distância;
- capacitação nas mídias que serão utilizadas no curso;
- capacitação na utilização do material didático específico do curso, com a colaboração dos professores conteudistas.

A coordenação geral do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – na modalidade a distância estará sob a responsabilidade da Prof^a MsC. Maria Cristina Ataíde Lobato. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), a Prof^a MsC. Selma Dias Leite responde pela coordenação da Secretaria de Ensino a Distância (SEAD).

Os docentes da Universidade Federal do Pará que fazem parte do Colegiado de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa - na modalidade a distância são os seguintes:

Nº	NOMES	VÍNCULO COM A INSTITUIÇÃO	TITULAÇÃO
01	Alzerinda de Oliveira Braga	Dedicação Exclusiva	Doutorado
02	Ana Lygia Almeida Cunha	Dedicação Exclusiva	Mestrado
03	Fátima Cristina da Costa Pessoa	Dedicação Exclusiva	Doutorado
04	Germana Maria Araújo Sales	Dedicação Exclusiva	Doutorado
05	Iaci de Nazaré Silva Abdon	Dedicação Exclusiva	Doutorado
06	Joaquim Maia de Lima	Dedicação Exclusiva	Mestrado
07	José Edison Ferreira	Dedicação Exclusiva	Doutorado
08	José Guilherme dos S. Fernandes	Dedicação Exclusiva	Doutorado
10	Laura Alves	Dedicação Exclusiva	Mestrado
11	Maria Cristina Ataíde Lobato	Dedicação Exclusiva	Mestrado
12	Maria Eneida Pires Fernandes	Dedicação Exclusiva	Mestrado
13	Marília de Nazaré de O . Ferreira	Dedicação Exclusiva	Doutorado
14	Marilúcia Barros de Oliveira	Dedicação Exclusiva	Doutorado
15	Sílvio Augusto de Oliveira Holanda	Dedicação Exclusiva	Doutorado
16	Sônia Bertolo	Dedicação Exclusiva	Doutorado

1.14.5 A produção do material didático-pedagógico

O material didático do curso de Licenciatura em Letras da UFPA na modalidade a distância, orientador dos estudos presenciais e a distância, será estruturado a partir da seleção criteriosa, por parte do professor, de textos basilares, que propiciem ao aluno uma sólida fundamentação em cada unidade didática da disciplina sob sua responsabilidade.

O material impresso cumprirá o papel de referência curricular para o trabalho docente, para o trabalho da tutoria e para a aprendizagem do aluno.

Conforme Ibáñez,

“(...) o material impresso é obrigado a assumir a quase totalidade das funções do professor em aula; a oferecer a totalidade da informação, sem a presença estimulante e clarificadora do professor; a motivar e captar a atenção, como o professor procura fazer, no início e no decorrer da aula; a dialogar ou suscitar o diálogo interior mediante perguntas que obriguem o aluno a reconsiderar o estudado; a incitar a formular de um modo pessoal tudo o que se vai aprendendo em um permanente exercício de aprendizagem. Deve controlar o aprendizado, saber qual é o ponto de partida e o de chegada, no começo e no final de cada aula ou unidade de aprendizagem. Há de tornar possível o aprendizado inteligente, em casa, fora do centro docente, sozinho ou, no melhor dos casos, na companhia de alguns amigos que se encontram em situação semelhante” (1996⁹).

Recentemente, o Ministério da Educação publicou, para os cursos de graduação, indicadores de qualidade que estabelecem itens básicos para o planejamento de programas a distância. Em relação ao material didático, o documento recomenda considerar que a convergência e a integração de materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de teleconferências, dentre outros, criam ambientes de aprendizagem ricos e flexíveis, quando acrescidos da mediação do professor. Além disso, solicita ainda:

- incluir no material educacional um guia impresso que oriente o aluno quanto às características da educação a distância e quanto a direitos, deveres e atitudes de estudo a serem adotadas;
- informar sobre o curso escolhido;
- esclarecer como se dará a interação com professores e colegas;
- apresentar cronograma e sistema de acompanhamento, avaliação e todas as demais orientações que lhe darão segurança durante o processo educacional;
- informar, de maneira clara e precisa, que meios de comunicação e informação serão postos à disposição do aluno (livros-textos, cadernos de atividades, leituras complementares, roteiros, obras de referência, *sites* virtuais, vídeos, ou seja, um conjunto impresso e/ou disponível que proporcione flexibilidade e diversidade);
- detalhar, nos materiais educacionais, que competências cognitivas, habilidades e atitudes o estudante deverá alcançar ao fim de cada disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de auto-avaliação.

A elaboração do material didático do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – na modalidade a distância, que será feita por professores do Colegiado do curso, seguirá as orientações da Secretaria de Ensino a Distância (SEED/MEC) para que o processo educacional atinja seus objetivos.

Ao iniciar a seleção dos textos básicos que irão compor cada Unidade Didática da Disciplina, o professor deverá incorporar a Pesquisa e garantir a relação da Teoria e da Prática, bem como contemplar os eixos norteadores metodológicos de forma que se manifestem nos conteúdos, nos textos e/ou nos materiais didáticos.

O professor de cada disciplina construirá um Plano de Ensino e elaborará um documento Orientador Didático-Pedagógico (Guia Didático), que terá como premissa apresentar a concepção e a finalidade da Disciplina no contexto geral do Curso;

⁹ IBANEZ, Ricardo Marin. **O Material Impresso no Ensino a Distância**. Tradução Ivana de Melo Medeiros e Ana de Lourdes B. de Castro. Rio de Janeiro, Universidade Castelo Branco, 1996.

apresentar o conteúdo que será estudado (com clareza, consistência, sistematização e continuidade) e a metodologia que será adotada nos momentos presenciais e a distância e a concepção de formas de avaliação da aprendizagem para cada Unidade Didática da Disciplina.

Para cada Unidade Didática da Disciplina, o professor construirá um Texto Introdutório (Orientador Didático-Pedagógico), que terá como objetivo orientar o processo de leitura/estudo do aluno. Como se trata de educação a distância, é, pois, fundamental que o docente explicita com clareza e objetividade a importância dos textos selecionados, indicando ao aluno a necessidade da leitura dos mesmos para o contexto da disciplina e da sua formação.

O Texto Introdutório precisa garantir um diálogo entre o professor e o aluno; por isso é importante que estimule, motive a descoberta e adiante alguns aspectos relevantes do assunto a ser tratado. Neste documento, o docente já definirá:

- Atividades e exercícios sobre o texto.
- Atividades complementares: pesquisa, produção de texto etc.
- Leituras complementares indicadas.
- Exercícios de auto-avaliação da Unidade Didática.

É importante que sejam indicadas referências bibliográficas complementares ao Texto e/ou a cada Unidade Didática, sempre explicitando sua importância. Se for necessário, deve ser feita uma pequena resenha das indicações feitas ao aluno.

Todas as atividades previstas (atividades e exercícios sobre o texto, atividades complementares: pesquisa, produção de texto etc, leituras complementares indicadas e exercícios de auto-avaliação) deverão estar articuladas com os objetivos da disciplina e com os princípios do currículo.

Os exercícios de auto-avaliação deverão estar no final de cada Unidade Didática a fim de auxiliar o aluno na própria avaliação. Assim, ele poderá perceber até onde caminhou e onde está encontrando dificuldades, bem como o que precisa compreender melhor.

As atividades ao longo e no final dos textos têm como finalidade auxiliar o aluno na sistematização do material estudado, possibilitando-lhe questionamentos e reflexões a respeito do assunto estudado, levando-o a relacionar a teoria com a prática. Já as leituras complementares indicadas devem encaminhar o aluno ao aprofundamento dos conteúdos desenvolvidos.

Vale lembrar que, em EAD, o papel do tutor tem importância decisiva no processo de acompanhamento, orientação e motivação do aluno. Por isso professor e tutor tornam-se parceiros no processo didático-pedagógico. Caberá a ambos definirem equitativamente a distribuição das tarefas para o acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno.

Critérios que devem balizar a produção dos fascículos (material didático):

- os conteúdos selecionados não devem perder de vista a abordagem da historicidade, construção e diversidade e devem estar ligados diretamente com a prática dos futuros professores de língua portuguesa;

- como o aluno estudará sozinho o conteúdo, é preciso ter em mente que o material não deve ultrapassar 60 páginas, para não tornar-se cansativo;
- a linguagem deve garantir uma ação dialógica entre aluno (leitor) e professor (autor);
- a auto-avaliação é fundamental, portanto deve ser prevista no material didático;
- o material didático deve proporcionar ao aluno espaços para suas anotações, resumos, dúvidas, sínteses, portanto é necessário prever espaços em branco para tal;
- a organização do material é fundamental – o aluno precisa compreender como o conteúdo está distribuído, qual foi a estrutura e a lógica do texto construídos pelo autor –, por essa razão os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais devem estar bem demarcados;
- elementos como cor, qualidade do papel e tamanho da letra na EAD devem ser considerados, tendo em vista as peculiaridades de estudo do aluno.

O material estará disponível em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação. Dessa forma, os conteúdos básicos de materiais impressos enviados diretamente aos alunos ou postos à disposição nos pólos também estarão disponíveis na Internet.

Para o atendimento aos eventuais alunos com deficiências visuais e/ou auditivas, prevê-se a elaboração de material didático adequado e equipamento necessário, desde que o projeto conte com verba para esse fim.

1.14.6 A mediação pedagógica

As características que distinguem a EAD da educação presencial levam-na a prescindir fortemente de meios de comunicação que possibilitem uma interação efetiva entre os sujeitos do processo de aprendizagem. Um dos maiores desafios de se estudar a distância é a necessidade de se quebrar o isolamento, imposto pela alteração na dimensão presencial da prática educativa, mas que pode ser vencido mediante o uso criativo de diversas estratégias de comunicação.

Segundo PRETTI (1996)¹⁰, a EAD consiste em uma “alternativa pedagógica de grande alcance e que deve utilizar e incorporar as novas tecnologias como meio para alcançar os objetivos das práticas educativas implementadas, tendo sempre em vista as concepções de homem e sociedade assumidas e considerando as necessidades das populações a que se pretende servir. A EAD, porém, não deve ser simplesmente confundida com o instrumental, com as tecnologias a que recorre. Deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento”.

A escolha dos meios de comunicação do curso, em suas diversas instâncias, deverá estar intimamente ligada ao projeto pedagógico e à concepção do currículo como um todo. Os meios devem proporcionar aos alunos comportarem-se de forma ativa e crítica em relação a eles. O que não se pode é pensá-los como condutores inocentes e

¹⁰ PRETTI, Oreste (org.). **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. NEAD/IE – UFMT. Cuiabá: UFMT, 1996.

transparentes de significados ou como fim em si mesmos, seja na instância de comunicação social, seja na instância educacional.

Os textos e outros materiais postos à disposição do estudante, responsáveis pela mediação pedagógica, devem ser diferentes dos materiais utilizados na educação de presença (professor-aluno) e, naturalmente, muito diferentes dos documentos científicos. A diferença passa inicialmente pelo tratamento dos conteúdos, que estão a serviço do ato educativo. Assim, não interessa uma informação em si mesma, mas uma informação mediada pedagogicamente.

A educação a distância é essencialmente um processo comunicativo que pressupõe um alto intercâmbio de conhecimentos por meio de recursos tecnológicos. Esta modalidade depende fortemente de sistemas de informação e comunicação que sejam adequados às necessidades e concepções teórico-metodológicas do curso proposto. A natureza com que as trocas se dão propõe a necessidade de um sistema que garanta uma grande interatividade de docentes, tutores e alunos.

A EAD caracteriza-se pela utilização simultânea de meios: internet, telefone, fax, correio, correio eletrônico. O computador pode ser utilizado também para intercâmbio do Centro com os pólos e dos tutores, quer do ponto de vista pedagógico, quer do ponto de vista administrativo. O fundamental, porém, não é estar usando este ou aquele meio de comunicação, mas que seja estabelecida, efetivada e dinamizada uma rede interativa constante e contínua, que viabilize o diálogo entre todos os componentes envolvidos no processo educativo.

Em EAD, a comunicação e o gerenciamento de dados, sejam estes administrativos ou acadêmicos, são mais profundamente interdependentes do que o são na modalidade presencial. O trabalho docente, diferentemente do sistema presencial, é parte de um sistema amplo, que se completa com outros de natureza mais administrativa, gerencial ou técnica, obrigando a práticas transparentes de atendimento, acompanhamento, registro e análise da produção acadêmica do aluno.

Essas funções, que no sistema presencial são da competência exclusiva do docente, passam, no sistema de ensino a distância, a ser compartilhadas com a administração acadêmica e gerencial, obrigando ao desenvolvimento de bases de dados e sistemas de informação que contemplem variáveis do processo (e não apenas a entrada e saída do estudante do programa), como comparecimento a atividades presenciais, apresentação e entrega de trabalhos e atividades solicitadas, controle de solicitações, questionamentos e respostas, memória do progresso do aprendiz nas várias disciplinas integrantes do currículo. Ou seja, acompanhamento sistemático da produção e do desempenho do sujeito aprendiz, realizada por todos os que atuam no processo: docente, tutor, secretaria, administração, produção.

1.14.7 A avaliação da aprendizagem e a avaliação institucional

A avaliação externa do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – modalidade a distância será feita continuamente pelos mesmos mecanismos que são aplicados a todos os cursos presenciais ofertados pela UFPA e também por meio do sistema de avaliação já utilizado pela SEAD nos cursos a distância

que já existem na Instituição (Licenciatura em Matemática e cursos lato sensu nas áreas de letras e de planejamento e gestão).

A avaliação é componente essencial do ensino e da aprendizagem, seja na educação presencial, seja a distância, no atendimento à preocupação com a qualidade da formação do aluno.

O processo de avaliação da aprendizagem em EAD, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro porque um dos objetivos fundamentais da EAD deve ser a de obter dos alunos, não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas a capacidade de produzir conhecimentos, analisar as situações concretas que se lhes apresentem e posicionar-se criticamente em face delas.

Segundo porque, no contexto da EAD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de trabalho que ensejem ao aluno: buscar interação permanente com os professores e com os orientadores acadêmicos, todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança diante do trabalho realizado, possibilitando-lhe não só o processo de elaboração de seus próprios juízos, mas também o desenvolvimento de sua capacidade de analisá-los.

O trabalho do professor, ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgarem saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber.

Portanto, a proposta de avaliação na EAD terá de considerar necessariamente os novos papéis que desempenham professor e aluno neste cenário, que se tem caracterizado como “professor coletivo” e “estudante autônomo”.

Nesse cenário torna-se relevante tomar o princípio da pesquisa como pressuposto da prática pedagógica, articulando teoria e prática, bem como a relação dialógica entre professor e aluno, mediada por textos, buscando uma relação pessoal mesmo que não presencial.

Cursos de graduação a distância, pelo seu caráter diferenciado e pelos desafios que enfrentam, devem ser acompanhados e avaliados em todos os seus aspectos, de forma sistemática, contínua e abrangente.

Duas dimensões devem ser contempladas na proposta de avaliação: (1) a que diz respeito ao aluno e (2) a que se refere ao curso como um todo, incluindo os profissionais que nele atuam.

1) Avaliação do desempenho dos alunos

Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem do aluno deve considerar seu ritmo e ajudá-lo a desenvolver graus ascendentes de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos.

Mais que uma formalidade legal, a avaliação deve permitir ao aluno sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançando no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do aluno, feita pelo professor, deve somar-se à auto-avaliação, que auxilia o estudante a tornar-se mais autônomo, responsável, crítico, capaz de desenvolver sua independência intelectual.

A avaliação da aprendizagem do aluno será feita ao longo de todo o curso, incorporando-se às atividades individuais e coletivas, com a finalidade principal de permitir que o professor tenha uma idéia clara do progresso do aluno e possa reorientar seus esforços de acordo com as suas necessidades.

Propõe-se neste projeto de curso de graduação em Letras na modalidade a distância uma rotina de observação, descrição e análise contínua da produção do aluno que, embora se expresse em diferentes níveis e momentos, não deve alterar a condição processual da avaliação. Os diferentes níveis de análise são os seguintes:

a) Primeiro nível: busca-se observar e analisar como se dá o processo de estudo do aluno: se acompanha as abordagens e discussões propostas no material didático; quais os graus de dificuldades encontrados na relação com os conteúdos trabalhados; como é seu relacionamento com a orientação acadêmica; como desenvolve as propostas de aprofundamento de conteúdos; qual sua busca em termos de material de apoio, sobretudo bibliográfico; se tem buscado manter um processo de interlocução permanente com professores e orientadores; como se relaciona com outros alunos do curso; se tem realizado as tarefas propostas em cada área de conhecimento; se tem utilizado diferentes canais para sua comunicação com a orientação acadêmica e com os professores; se é capaz de estabelecer relações entre o conhecimento trabalhado e sua prática pedagógica; se tem feito indagações e questionamentos sobre as abordagens propostas; se tem problemas de ordem pessoal ou profissional interferindo no seu processo de aprendizagem.

O acompanhamento do aluno será feito por meio de fichas individuais que servirão para analisar o seu envolvimento no processo. Para essa análise, será destinado um orientador acadêmico para cada grupo de 20-30 alunos. Caso o aluno não apresente um desempenho satisfatório em termos de compreensão dos conteúdos trabalhados, ele é aconselhado a refazer seu percurso, aprofundando e ampliando suas leituras.

Somente depois de atender às exigências desse nível, o aluno é aconselhado a participar do seguinte.

b) Segundo nível: busca-se observar em que medida o aluno está acompanhando o conteúdo proposto em cada uma das áreas de conhecimento: se seus posicionamentos são crítico-reflexivos em face das abordagens trabalhadas. Nesse nível, o aluno realiza avaliações formais, com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só um nível de síntese dos conteúdos trabalhados, como também a produção de textos escritos, com nível de estruturação de um texto acadêmico.

Essas questões ou proposições são elaboradas pelos professores, com a participação dos tutores.

Esse nível de avaliação é também descrito e registrado nas fichas individuais do aluno. Caso o aluno não tenha o desempenho desejado, ele é aconselhado a refazer alguns percursos de estudo, aprofundando suas leituras.

- c) Terceiro nível: o aluno realiza estudos e pesquisas, a partir de proposições temáticas relacionadas a questões do conteúdo estudado ou questões educacionais ligadas ao processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Os resultados desses estudos são apresentados em seminários temáticos. A preocupação desse nível é de ensinar ao aluno elementos para a produção de um trabalho de análise crítico-reflexiva em face de uma determinada temática ou situação do cotidiano do professor de língua portuguesa. A realização do seminário temático dá margem ainda a uma abordagem integradora entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento.

Somente após a verificação da participação do aluno nesses três níveis de avaliação é que será feita a valoração final do seu desempenho, traduzida em conceito final, por exigência de normas institucionais.

A avaliação do aluno em cada disciplina é parte integrante dos processos de ensino e aprendizagem e pode variar em função das orientações dos professores conteudistas e dos professores responsáveis pela disciplina, ou de necessidades contextuais vigentes no momento da sua implantação. O processo avaliativo de uma disciplina deve ser composto de duas avaliações a distância e uma avaliação presencial.

As avaliações a distância, de caráter essencialmente formativo, devem ser realizadas em pelo menos três momentos do desenvolvimento da disciplina: de acordo com a essência da disciplina e de decisões de ordem pedagógica, de trabalhos escritos, enviados para os professores e tutores, por meio de correio ou por e-mail. Sempre que possível, essas avaliações devem conter trabalhos ou questões a serem resolvidas em grupo de alunos, a fim de estimular o processo autoral cooperativo.

As avaliações presenciais devem ser aplicadas nos pólos regionais ao final de cada quatro disciplinas ministradas, com planejamento temporal rígido, em dias e horários preestabelecidos. Tais avaliações devem seguir o rigor próprio dos exames presenciais realizados pela UFPA, tanto no que se refere à fiscalização, quanto à elaboração, aplicação e correção das provas. Pode ocorrer uma avaliação suplementar presencial, que deve acontecer um mês após a realização da prova presencial. Constitui-se em segunda chance para o aluno que não obteve nota suficiente para aprovação nas avaliações anteriores ou que não pode comparecer à avaliação presencial. Essa 2ª chamada deverá ser analisada pelo coordenador e pelos tutores da turma a que pertence o aluno.

2) Avaliação do curso como um todo (disciplinas, professores, tutores, material didático, instituição)

As avaliações das disciplinas, dos docentes (sistema de tutoria) e do material didático, da infra-estrutura e da instituição deverão ser feitas pelo menos duas vezes por semestre, por meio de um questionário de avaliação que deverá ser respondido pelos alunos e pelos professores-tutores. Essas medidas visam a coordenar o exercício contínuo de avaliação e planejamento.

É importante que o resultado desses questionários colabore para apontar as falhas do sistema de orientação acadêmica, demonstre as dificuldades do aluno com o material didático utilizado, informe a necessidade de apoios complementares não

previstos no projeto pedagógico do curso, reflita as dificuldades encontrados pelos envolvidos no projeto em relação à EAD etc.

Em relação à avaliação da tutoria, é necessário que o Colegiado do curso estabeleça as principais atribuições desse profissional para depois ele ser avaliado com base no seu desempenho.

Como referenciais para um bom trabalho de acompanhamento, é necessário que o tutor

- conheça as discussões relativas à elaboração/confecção do material e delas participe, até mesmo para suprir no aluno as possíveis deficiências apresentadas pelo material;
- colabore com o aluno na compreensão do conteúdo, motivando-o a superar as dificuldades e orientando-o em grupo ou individualmente para tal fim;
- auxilie o aluno no seu processo de ensino-aprendizagem e auto-avaliação;
- conheça o projeto político-pedagógico do curso e se afine com ele;
- tenha disponibilidade de tempo para um bom trabalho.

Em EAD, o material didático é uma das principais vias de comunicação e estudo, portanto sua avaliação é extremamente importante para o resultado do trabalho. Pela sua dimensão, o material didático deve ser avaliado diante dos diversos segmentos envolvidos no processo:

- O aluno deve apontar em que medida os materiais didáticos escritos – os conteúdos selecionados e trabalhados – são por ele entendidos e colaboram criticamente com seu fazer pedagógico. É importante que o aluno observe se o material proporciona, pela atitude dialógica e intersubjetiva, a construção do conhecimento. A avaliação do material didático poderá ser feita pelo representante discente dos centros acadêmicos locais que estarão ligados ao Centro Acadêmico de Letras (CAL), em Belém, com assento nas reuniões do Colegiado do Curso.
- O professor tutor, por sua vez, deve estar atento, principalmente por meio do contato direto com o aluno, a como está ocorrendo a compreensão do conteúdo do material acadêmico pelo aluno e qual sua relação com a teoria/prática. O professor tutor não deve também perder de vista os aspectos de organização e o nível dialógico entre o aluno e o autor.
- O autor, mediante os trabalhos produzidos pelos alunos e pelo relatório dos professores tutores, deve avaliar até que ponto a elaboração de seu material didático está colaborando na produção de conhecimentos e significação para o aluno.

Outra ferramenta importante para o sucesso de um curso na modalidade a distância é a avaliação permanente de toda a equipe que trabalha no desenvolvimento do curso. Neste projeto, será implementado um processo anual de avaliação com toda a equipe da SEAD (coordenadores, docentes, tutores e funcionários técnico-administrativos), para uma análise qualitativa de todo processo, objetivando obter sugestões de melhoria da qualidade do trabalho.

Como já mencionamos anteriormente, na modalidade de EAD a avaliação deve acompanhar todo o processo de ensino-aprendizagem do aluno, pois ela, sem dúvida, certificará a seriedade e a credibilidade do curso. Vimos também que a avaliação passa pela análise do material didático e pela tutoria. Esses três níveis de avaliação,

juntamente com outros indicadores, permitem avaliar a própria modalidade da EAD em sua especificidade e natureza pedagógica.

A modalidade de EAD não pode estar à mercê de imprevistos. Todas as datas devem ser rigorosamente cumpridas. Situações como a entrega do material didático fora do prazo podem comprometer todo o andamento do curso.

A organização administrativa e pedagógica da coordenação do curso de Letras a distância da UFPA será imprescindível, visto que ela concentrará o registro e o acompanhamento do percurso de cada aluno, do cronograma do curso e do complexo de implantação de uma nova cultura educacional, dentro e fora da comunidade acadêmica.

Não se pode perder de vista que as funções administrativas e pedagógicas também devem ser avaliadas pela comunidade acadêmica, portanto há que se prever reuniões abertas com a participação dos docentes, discentes e professores tutores no decorrer do curso.

Todos esses aspectos devem ser discutidos, sistematizados e levados ao conhecimento do aluno, visto que eles são balizadores importantes para garantir a qualidade do curso.

1.14.8 O currículo do Curso de Letras na modalidade a distância

Este projeto toma como referência a preocupação e o compromisso fundamental com a qualidade do ensino, tentando avançar no sentido de assegurar, nos limites da Educação a Distância, uma formação que propicie ao futuro licenciado em Letras um quadro teórico referencial de análise que lhe permita compreender o processo educacional em sua totalidade e complexidade.

Para construir uma proposta curricular que assegure a qualidade da formação do professor, é preciso, na seleção e organização dos conteúdos, considerar o trabalho pedagógico tanto do ponto de vista macro-social, procurando estabelecer sua articulação com eventos presentes no nível social e histórico, quanto do ponto de vista micro-social, que são as peculiaridades e especificidades da ação educativa escolar.

Busca-se, a partir desta ótica, construir referenciais teóricos de análise que permitam ao aluno uma compreensão mais abrangente e significativa da realidade na qual atua.

Nesse sentido, entendendo o currículo como modo de organizar as práticas educativas, e tendo em vista a complexidade do fenômeno escolar, faz-se necessário construir uma proposta curricular para o curso de Letras a distância que esteja comprometida com os propósitos da qualidade de ensino, com as exigências de uma compreensão crítica que ajude os professores a se integrarem no processo coletivo da escola de gerar possibilidades de intervenção e transformação.

Reafirmando o compromisso com uma formação de qualidade, entendemos que a formação a distância não deve ser reduzida a questões metodológicas ou considerada como possibilidade apenas de emprego de novas tecnologias na prática educativa.

Nessa perspectiva, a organização curricular estará articulada a partir de eixos temáticos, em torno dos quais se (re)organizam os conteúdos curriculares que, em princípio, são tratados como disciplinas, mas que somente ganham sentido no contexto curricular como um todo. São os seguintes os três eixos temáticos:

1. uso da linguagem;
2. reflexão sobre a linguagem;
3. prática profissional.

No primeiro e no segundo eixos, as atividades curriculares propostas articulam-se em torno das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos futuros professores, tendo em vista sua formação como usuários proficientes da língua portuguesa em diferentes situações de interação, bem como o desenvolvimento de uma prática reflexiva capaz de articular os conhecimentos lingüísticos, pragmático-textuais e referenciais. Espera-se, dessa forma, fornecer oportunidade para que o aluno não apenas se aproprie de conhecimentos significativos para sua atuação profissional, como também reflita sobre a relevância e a pertinência desses conhecimentos para a compreensão, o planejamento, a execução e a avaliação de situações de ensino-aprendizagem.

Com as atividades propostas no terceiro eixo, o da prática profissional, pretende-se que os futuros professores desenvolvam competências e habilidades que lhes permitam construir, nas interações em sala de aula, uma prática reflexiva de ensino-aprendizagem, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas do cotidiano profissional.

A partir desses eixos, propõe-se, então, a instituição de tempos e espaços curriculares diversificados, tais como seminários temáticos, grupos de trabalho supervisionado, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, atividades de extensão, entre outros, capazes de promover e, ao mesmo tempo, possibilitar aos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados e diferentes modos de organização do trabalho, promovendo o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

Parte das oficinas e dos seminários interdisciplinares se organizarão em torno de temas relativos às políticas da Educação Inclusiva, à Educação Indígena, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Ambiental.

1.14.9 A estrutura do curso

A organização curricular do curso de licenciatura em Língua Portuguesa a distância foi concebida para ser integralizada em quatro anos no mínimo, distribuídos em 2818 horas, sendo 1802 horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, 408 horas de Prática como Componente Curricular, 408 horas para Estágio Curricular Supervisionado e 200 horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

As atividades curriculares organizam-se a partir da matriz de competências e habilidades a serem desenvolvidas e dos eixos temáticos estruturadores do curso.

A distribuição das atividades curriculares, em cada bloco que compõe o curso, articula os eixos norteadores da proposta curricular – reflexão, uso e prática profissional. A prática como componente curricular tem início no primeiro semestre do curso e será desenvolvida sob forma de oficinas cujo objetivo é prever situações didáticas que abordem questões relativas ao compreender/fazer para utilizar os conteúdos de conhecimento na prática de sala de aula. O estágio curricular supervisionado tem lugar a partir da segunda metade do curso e se divide em Ensino-Aprendizagem do Português I, Ensino-Aprendizagem do Português II – destinadas a formular e a planejar propostas de intervenção pedagógica adequadas às práticas de uso e reflexão da e sobre a língua e a linguagem – e Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado no Ensino Médio quando se dará a docência compartilhada². A redução da carga horária do estágio curricular supervisionado para os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica, prevista na Resolução CNE/CP 2/2002, será regulamentada pelo Colegiado do Curso por meio de resolução própria.

As atividades previstas para o Estágio em Ensino-Aprendizagem I e II na metodologia prevista os alunos deverão refletir sobre questões de ensino-aprendizagem de Língua portuguesa, observar o processo de ensino-aprendizagem e formular e aplicar propostas de intervenção pedagógica. Nessa metodologia prevê-se a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. Essa mesma metodologia poderá ser aplicada a outros conteúdos referentes ao ensino fundamental e médio, inclusive nas práticas.

Para a integralização curricular, tanto em língua portuguesa quanto em língua estrangeira, o aluno deverá cumprir, obrigatoriamente, seqüenciação de estudos conforme resolução que aprova e define o currículo do Curso.

No quadro abaixo apresenta-se a relação entre competências e habilidades, eixos e atividades curriculares.

² A organização do estágio curricular supervisionado aqui proposta está de acordo com o Parecer N° CNE/CP 27/2001.

EIXO	1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	ATIVIDADE CURRICULAR
REFLEXÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, analisar e explicar os processos envolvidos na organização do texto oral e escrito. • Analisar, descrever e explicar diacrônica e sincronicamente a estrutura e o funcionamento de uma língua, em particular da Língua Portuguesa. • Analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam as investigações sobre a linguagem. • Descrever e justificar as características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua portuguesa em diferentes contextos. • Identificar, analisar e explicar os processos constitutivos do texto no uso real da língua, nos diferentes gêneros e tipos textuais. • Dominar as diferentes noções de gramática e (re)conhecer as variedades lingüísticas existentes e os vários níveis e registros de linguagem. • Ler e analisar criticamente textos literários e identificar relações de intertextualidade entre obras da literatura em língua portuguesa e da literatura universal. • Estabelecer e discutir as relações dos textos literários com outros tipos de discurso e com os contextos em que se inserem. • Relacionar o texto literário com os problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente. • Examinar e conceituar poética, narrativa, crítica literária, confrontando pontos de vista diferentes sobre os temas. • Analisar e interpretar textos literários. • Conhecer as principais teorias da poética, da narrativa e da dramaturgia. • Compreender à luz de diferentes teorias, os fatos lingüísticos e literários e conduzir investigações sobre linguagem e sobre problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de línguas. • Compreender e aplicar diferentes teorias e métodos de ensino que permitam a transposição didática dos conhecimentos sobre língua e literatura para a educação básica. 	Compreensão e Produção de Textos
		Ensino-Aprendizagem do Português I
		Ensino-Aprendizagem do Português II
		Estudos da Enunciação
		Filologia Românica
		Filosofia da Linguagem
		Fonética e Fonologia
		Metodologia da Pesquisa
		Morfologia
		Narrativa Portuguesa e Brasileira I
		Narrativa Portuguesa e Brasileira II
		Psicologia da Aprendizagem
		Poesia Portuguesa e Brasileira
		Política Educacional
		Psicologia da Aprendizagem
		Sintaxe
		Sociolingüística
		Teoria do Texto Narrativo
		Teoria do Texto Poético
		Trabalho de Conclusão de Curso

EIXO	2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	ATIVIDADE CURRICULAR
USO	<ul style="list-style-type: none"> • Ler e produzir textos em língua portuguesa na modalidade culta. • Ler e produzir textos em diferentes linguagens e traduzir umas em outras. • Conhecer os recursos a serem utilizados em um curso a distância. • Organizar, expressar e comunicar o pensamento em situações formais e em língua culta. • Interpretar textos de diferentes gêneros e registros lingüísticos e explicitar os processos ou argumentos utilizados para justificar tal interpretação. • Desempenhar papel de multiplicador, visando à formação de leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros. • Inferir as possíveis intenções do autor a partir das marcas textuais. • Utilizar a informática como recurso tecnológico no ensino-aprendizagem da língua portuguesa. • Elaborar textos acadêmicos, tais como comunicações, artigos, projetos, relatórios de pesquisa. • Compreender e usar a terminologia referente a uma abordagem teórico-crítica da literatura. • Analisar a especificidade do texto da Literatura infantil e do material utilizado para o ensino da Literatura. 	
		Oficina de Compreensão e Produção de Textos I
		Oficina de Compreensão e Produção de Textos II
		Oficina de Informática
		Oficina de Textos Acadêmicos
		Oficina de Didatização de Gêneros Textuais
		Oficina de Ensino da Literatura

EIXO	3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	ATIVIDADE CURRICULAR
PRÁTICA PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar plano de curso, de unidade didática e de aula. • Selecionar, elaborar e adaptar materiais didáticos. • Formular e executar propostas de intervenção pedagógica ajustadas ao nível e possibilidades dos alunos, aos objetivos e às características dos conteúdos próprios às etapas pertinentes. • Planejar e gerenciar situações didáticas ajustadas ao nível e possibilidades dos alunos que lhes permitam aprender a língua estudada a partir da diversidade de textos que circulam socialmente. • Gerenciar situações-problema. • Formular e executar estratégias para o ensino-aprendizagem de língua e literatura. • Elaborar sistemas de avaliação condizentes com diferentes situações de aprendizagem. • Conduzir reuniões de pais e mestres. • Participar de Conselhos Escolares nos ensinos fundamental e médio. • Trabalhar em equipe. 	

O estágio curricular supervisionado tem lugar a partir da segunda metade do curso e se divide em Ensino-Aprendizagem do Português I, Ensino-Aprendizagem do Português II – destinadas a formular e a planejar propostas de intervenção pedagógica adequadas às práticas de uso e reflexão da e sobre a língua e a linguagem – e Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado no Ensino Médio quando se dará a docência compartilhada

Propõe-se, como metodologia para a implantação do projeto pedagógico, que as estratégias didáticas e as atividades curriculares a serem desenvolvidas privilegiem a resolução de situações-problema contextualizadas e a construção e desenvolvimento de projetos de intervenção. A primeira modalidade terá espaço com as atividades que constituem os eixos da reflexão e do uso. O eixo da prática profissional proporcionará o espaço para a construção e desenvolvimento de projetos de intervenção.

Resolução de situações-problema contextualizadas e a construção e desenvolvimento de projetos de intervenção pressupõem a integração da pesquisa e da extensão às atividades de ensino. O planejamento e o desenvolvimento de projetos de intervenção a serem desenvolvidos no estágio supervisionado deverão se pautar em práticas investigativas sobre o trabalho pedagógico e a dinâmica da escola sede do estágio supervisionado. Além disso, a construção de projetos de intervenção envolve pesquisa bibliográfica, seleção de material pedagógico que implica procedimentos investigativos sistemáticos que não devem ser negligenciados. Os projetos de intervenção deverão prever não só a regência de classe, mas também atividades de extensão voltadas para o próprio corpo docente da escola sede do estágio supervisionado, assim como para a comunidade onde atua a escola.

Outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais - 200

Sugerimos que, do primeiro ao terceiro ano, ao final de cada semestre e logo após as atividades das disciplinas do semestre, seja ofertada, na modalidade presencial e em seis módulos, uma Oficina de Leitura e Produção de Textos (I a VI), que terá como objetivos dar continuidade ao trabalho iniciado no Curso Preparatório, no que diz respeito ao desenvolvimento da competência textual dos alunos, e de dar subsídios a estes para a elaboração de seus trabalhos. Esse trabalho poderá ser feito intensivamente, em cinco dias (segunda a sexta-feira).

Sugerimos, ainda, que, nos períodos intervalares, sejam ofertados Cursos Livres de Língua Estrangeira Instrumental (atividade de Extensão) como forma de dar aos alunos a oportunidade de desenvolver uma competência de leitura em uma língua estrangeira a partir de textos autênticos relacionados, preferencialmente, à área de Letras.

1.15 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS

COMPREENSÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS

EMENTA: A interação verbal. As modalidades lingüísticas. As práticas sociais de linguagem. Os aspectos sócio-cognitivos do processo de produção e compreensão escrita. Constituição e funcionamento do texto oral. Os aspectos sócio-cognitivos do processo de produção e compreensão oral. A função do texto literário em aulas de língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA:

DIONÍSIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

GERALDI, João Wanderley (org.) *et al.* *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, Ingedore Villaça. *Ler e Compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. vol 1. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de uso do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

ENSINO-APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS I

EMENTA: Ensino e aprendizagem da língua portuguesa: as diferentes concepções de língua e as diferentes abordagens da língua em sala de aula. Discussão das questões relativas ao ensino, às relações pedagógicas, às instituições de ensino e à delimitação de programas de ensino. Elaboração de propostas de intervenção levando em conta esses diferentes parâmetros.

BIBLIOGRAFIA:

BRITO, Eliana Vianna (org.). *PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

BRITO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras e ALB, 1997.

DIONÍSIO, A. e BEZERRA, M. A. (Org.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Lucerna: Rio de Janeiro, 2001.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

ENSINO-APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS II

EMENTA: Planejamento, intervenção e avaliação de propostas de intervenção.

BIBLIOGRAFIA:

BRITO, Eliana Vianna (org.). *PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

BRITO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras e ALB, 1997.

DIONÍSIO, A. e BEZERRA, M. A. (org.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Lucerna: Rio de Janeiro, 2001.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTUDOS DA ENUNCIÇÃO

EMENTA: Linguagem e interação; A teoria da enunciação; Enunciação e enunciado; O sujeito da enunciação; Enunciação e discurso; Argumentação; Dêixis; Relações de sentido e relações lógicas; Polifonia; A teoria dos atos de fala; Implicaturas conversacionais.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, M (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8ª ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 7 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes/ Editora da UNICAMP, 1987.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras* (v. 2). São Paulo: Cortez, 2000.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Criar Edições: Curitiba/PR, 2002.

FILOLOGIA ROMÂNICA

EMENTA: A importância da Filologia Românica para o estudo científico da linguagem humana. Apresentação dos fatos históricos concernentes à formação da România. Estudo das principais características morfosintáticas e tendências fonéticas do latim às línguas românicas. Apresentação das diversas possibilidades de se obter informação sobre o latim vulgar.

BIBLIOGRAFIA

ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. *História da lingüística*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

MELO, Gladstone Chaves de. “A classificação das palavras” In *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

NASCENTES, Antenor. *Elementos de filologia românica*. Rio de Janeiro: Simões, 1954.

ORLANDI, Eni . e RODRIGUES, Suzy L. (org.). *Introdução às ciências da linguagem – discurso e textualidade*. Campinas: Pontes Editores, 2006.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM

EMENTA: O estudo e a reflexão sobre a linguagem nos processos cognitivo e estético, bem como no ensino e na aprendizagem, sob o ponto de vista ético.

BIBLIOGRAFIA:

- CHAUI, Marilena. Arte e Técnica. In *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2001.
- HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. Porto: Armênio Amado Ed., 1973.
- JAKOBSON, Roman. A Procura da Essência da Linguagem. In *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- MANDOLFO, Rodolfo. *O Pensamento Antigo, VI*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- MORENTE, Manoel Garcia. *Fundamentos da Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

FONÉTICA E FONOLOGIA

EMENTA: Processos de produção e percepção da fala, critérios de classificação dos sons da fala. Conceitos gerais da fonologia e os critérios que permitem analisar a estrutura fonológica das línguas com vistas à análise fonológica.

BIBLIOGRAFIA:

- CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- CAMARA Jr, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. *Estudos de fonética do idioma português*. São Paulo: Cortez, 1988.

METODOLOGIA DA PESQUISA

EMENTA: Desenvolver os principais conceitos da metodologia científica, tipos de conhecimentos e os principais determinantes do problema de pesquisa; conceitos e aplicabilidade de hipóteses e análises de variáveis; desenvolvimento da compreensão dos processos de planejamento e de elaboração de projetos de pesquisa científicos aplicados à educação.

BIBLIOGRAFIA

- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 1986.
- MOROZ, Melania & GIANFALDONI, Mônica Helena T. *A O processo de pesquisa: iniciação*. Brasília: Plano Editora, 2002.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Cortez, 2000.
- SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MORFOLOGIA

EMENTA: Conceitos básicos da morfologia que permitem analisar os processos morfológicos, as classes de palavras e suas categorias, a estrutura interna das palavras, com vistas à análise morfológica. Vocábulos formais na língua portuguesa: classificação; funcionamento na frase e no discurso; estrutura e processo de formação vocabular; categorias do nome e do verbo.

BIBLIOGRAFIA:

- BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
CARONE, Flavia B. *Morfossintaxe*. São Paulo, Ática, 1936.
KHEDI, Valter. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 1993.
MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Pioneira, 1974.
MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: EDUFC, 1987.
SILVA, M.Cecilia P. de Souza e, KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. São Paulo: Cortez, 1983.

NARRATIVA PORTUGUESA E BRASILEIRA I

EMENTA: origem e conceituação da literatura luso-brasileira; as primeiras manifestações literárias: as crônicas e as novelas de cavalaria, a crônica de viagem; a crítica satírica: o teatro vicentino e *As cartas chilenas*; a epopéia fundadora: a épica camoniana e a épica brasileira em Basílio da Gama e Santa Rita Durão; o romance romântico: José de Alencar, Almeida Garrett, Manuel Antonio de Almeida, Alexandro Herculano, Camilo Castelo Branco, Joaquim Manuel de Macedo; o romance realista-naturalista: Aluisio Azevedo, Inglês de Souza, Machado de Assis, Eça de Queirós.

BIBLIOGRAFIA

- AMORA, Antônio Soares. *Presença da Literatura Portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1994.
BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1986.
BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras,
CIDADE, Hernani. *Lições de literatura Portuguesa*. 6.ed. Coimbra: S. C., 1975.

NARRATIVA PORTUGUESA E BRASILEIRA II

EMENTA: a prosa pré-modernista: Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Lima Barreto; a prosa modernista de fundação: Oswald de Andrade e Mario de Andrade; a geração de 30: Graciliano Ramos, Dalcídio Jurandir, Jorge Amado e outros; Guimarães Rosa, Clarice Lispector e José Saramago; prosadores da literatura luso-africana: Mia Couto, Pepetela e outros; a narrativa ficcional pós-anos 50 e na atualidade.

BIBLIOGRAFIA

- COUTINHO, Afrânio (org.). *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1986.
MOISÉS, Massaud. *A Literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1988.
MOISÉS, Massaud. *A Literatura brasileira através dos textos*. São Paulo: Cultrix,
SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira; fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilizações brasileiras, 1976.

OFICINA DE COMPREENSÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS I

EMENTA: A organização do texto escrito em diferentes gêneros textuais. As atividades de compreensão e produção escrita no contexto escolar.

BIBLIOGRAFIA

- DIONÍSIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Tecendo textos, construindo experiências*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.
- DISCINI, Norma. *Comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristovão. *Oficina de texto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- MATENCIO, Maria de Lourdes. *Leitura, produção de textos e a escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras - Editora Autores Associados, 1994.
- SMOLKA, Ana Luiza et al. *Leitura e desenvolvimento da linguagem*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

OFICINA DE COMPREENSÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS II

EMENTA: Reflexão sobre espaço das habilidades orais no ensino de línguas. Processo de ensino-aprendizagem da compreensão e produção oral. Atividades de retextualização oral/escrita – escrita/oral.

BIBLIOGRAFIA

- DIONÍSIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Tecendo textos, construindo experiências*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.
- DISCINI, Norma. *Comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristovão. *Oficina de texto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- MATENCIO, Maria de Lourdes. *Leitura, produção de textos e a escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras - Editora Autores Associados, 1994.
- SMOLKA, Ana Luiza et al. *Leitura e desenvolvimento da linguagem*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

OFICINA DE DIDATIZAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS

EMENTA: Observação e apreensão da organização e do funcionamento de diferentes gêneros textuais em diferentes situações discursivas; reflexão sobre seus usos no sistema escolar; planejamento de seqüências didáticas para o ensino de alguns desses gêneros.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Helena M. *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo : Cortez, 2000.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2003.
- MAGALHÃES, Izabel; LEAL, Maria Christina (org.). *Discurso, gênero e educação*. Brasília: Plano Editorial: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2003.
- MEURER, J. L.; BONINI, Aldair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

POESIA PORTUGUESA E BRASILEIRA

EMENTA: a poesia trovadoresca e a poética dos cancioneiros; o barroco e o maneirismo: Gregório de Matos, Bocage, Pe. Antonio Vieira; o neoclassicismo e sua repercussão na poesia; a poesia romântica no Brasil: Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves; a poesia romântica portuguesa: Almeida Garrett e outros; poesia pós-romântica: Antero de Quental e Cesário Verde, Camilo Pessanha, Cruz e Souza e Alphonsus de Guimaraens; a poesia modernista: Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Fernando Pessoa, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e outros do momento.

BIBLIOGRAFIA

CANDIDO, Antônio. *Leitura de poesia*. São Paulo: Ática, 1985.
CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
CANDIDO, Antônio. *Na sala de aula. Caderno de análise literária*. São Paulo: Ática, 1989.
SIMÕES, João Gaspar. *História da Poesia Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1955-1959. 3v.

POLÍTICA EDUCACIONAL

EMENTA: Contexto econômico político, social e cultural do Brasil contemporâneo a partir da década de 60. Política Educacional na legislação para os níveis de educação básica e superior. Políticas de inclusão. Relações entre o público e o privado no contexto da educação brasileira.

BIBLIOGRAFIA:

AZEVEDO, Janete M. Lins. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.
BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/1996. Brasília-DF.
COSTA, Marisa Vorraber (org). *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. São Paulo: Cortez, 1996.
CHAUI, Marilena. A universidade hoje. In: *Revista Praga*, nº 6. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 23-32.
CUNHA, Luiz Antonio. Os parâmetros curriculares para o ensino fundamental: convívio social e ética. In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 99. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996. p. 60-72.

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM

EMENTA: Processos de Aprendizagem: conceitos, características, tipos e processos de maturação e motivação. Teorias da Aprendizagem e suas abordagens: associacionista, comportamentista, cognitivista, humanista e interacionista. Teóricos da Aprendizagem: Pavlov, Thorndike, Skinner, Bandura, Piaget, Wallon, Ausubel, Bruner, Gagné, Rogers e Vygotsky. Processos de Aprendizagem e contribuição para o ensino. Escola e construção do conhecimento: as pesquisas no contexto educacional brasileiro e modelos de intervenção. A importância da Psicologia da Aprendizagem na formação do professor.

BIBLIOGRAFIA:

GOULART, Íris Barbosa. *Psicologia da Educação : fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOREIRA, Antônio Marcos. *Ensino Aprendizagem : enfoques teóricos*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

FERREIRA, May Guimarães. *Psicologia Educacional : análise crítica*. São Paulo: Cortez, 1987.

FALÇÃO, Gerson Marinho. *Psicologia da Aprendizagem*. São Paulo. Ática, 1986.

PATTO, Maria Helena. *Introdução à Psicologia Escolar*. Rio de Janeiro. Vozes, 1987.

_____. *Psicologia do Ensino Aprendizagem*. São Paulo: Atlas, 1980.

SINTAXE

EMENTA: Coordenação e subordinação; a estrutura frasal sob o aspecto sintático, semântico e informacional; frase ativa, passiva e predicativa; os processos sintáticos de configuração da frase: regência, concordância e ordem.

BIBLIOGRAFIA:

AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação*. São Paulo: Ática, 1988.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa; metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

VILELA, Mário e KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

SOCIOLINGÜÍSTICA

EMENTA: Língua, cultura e sociedade. A diversidade lingüística. A teoria da variação lingüística. Variação lingüística e o ensino do português.

BIBLIOGRAFIA:

BAGNO, Marcos (Org). *A norma*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *O preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2001.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

DIONÍSIO, Angela Paiva. Variedades lingüísticas: avanços e entraves. In: DIONÍSIO, Angela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora. *O livro didático de português*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1986.

TEORIA DO TEXTO NARRATIVO

EMENTA: Trata-se de estudar a narratividade e seus diversos elementos nos textos literários assim como os principais gêneros literários narrativos da literatura universal. Não obstante a natureza teórica da disciplina, serão utilizados textos literários (ou trechos) para efeito de exemplificação ou exercícios de análise.

BIBLIOGRAFIA:

BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 3.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1973.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária – prosa*. São Paulo: Cultrix, 1987.

REIS, Carlos, LOPES, Ana Cristina. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: perspectiva, 1979.

TEORIA DO TEXTO POÉTICO

EMENTA: Trata-se de estudar diversas concepções do lirismo (literário) assim como algumas das principais artes poéticas da literatura universal. Não obstante a natureza teórica da disciplina, serão utilizados textos literários (ou trechos) para efeito de exemplificação ou exercícios de análise.

BIBLIOGRAFIA:

ARISTÓTELES. *Arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro,

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.

D'ONOFRIO, S. *Literatura ocidental - Autores e obras fundamentais*. São Paulo: Ática, 1990.

POUND, Ezra. *ABC da literatura*. São Paulo: Cultrix,

1.16 ANEXO I

DECRETO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS

Decreto No. 35.456 de 6 de maio de 1954.

Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item 1, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-Lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedida autorização para o funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém, mantida pela Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária e com sede em Belém, capital do Estado do Pará.

Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1954; 133o. da Independência e 65o. da República.

Getúlio Vargas

Antonio Balbino

1.17 ANEXO II

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES

Atividades Curriculares de Natureza Científico-Cultural (1802 horas)

CÓDIGO	ATIVIDADE CURRICULAR
LA	Compreensão e Produção de Textos
LA	Ensino-Aprendizagem do Português I
LA	Ensino-Aprendizagem do Português II
LA	Estudos da Enunciação
LA	Filologia Românica
LA	Filosofia da Linguagem
LA	Fonética e Fonologia
LA	Metodologia da Pesquisa
LA	Morfologia
LA	Narrativa Portuguesa e Brasileira I
LA	Narrativa Portuguesa e Brasileira II
LA	Poesia Portuguesa e Brasileira
LA	Política Educacional
LA	Psicologia da Aprendizagem
LA	Sintaxe
LA	Sociolingüística
LA	Teoria do Texto Narrativo
LA	Teoria do Texto Poético
LA	Trabalho de Conclusão de Curso

Atividades Práticas como Componentes Curriculares (408 horas)

CÓDIGO	ATIVIDADE CURRICULAR
LA	Oficina de Informática
LA	Oficina de Textos Acadêmicos
LA	Oficina de Compreensão e Produção de Textos I
LA	Oficina de Compreensão e Produção de Textos II
LA	Oficina de Didatização de Gêneros Textuais
LA	Oficina de Ensino da Literatura

Estágio Curricular Supervisionado (408 horas)

CÓDIGO	ATIVIDADE CURRICULAR
LA	Ensino-Aprendizagem do Português I
LA	Ensino-Aprendizagem do Português I I
LA	Estágio no Ensino Fundamental
LA	Estágio no Ensino Médio

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais Complementares (200 horas)

CÓDIGO	ATIVIDADE CURRICULAR
LA	Atividades Complementares I
	Disciplinas de outros cursos
LA	Atividades Complementares II
	Seminário de Educação de Jovens e Adultos
	Seminário de Ensino de Literatura
	Seminário de Línguas Indígenas da Amazônia
LA	Atividades Complementares III
	Participação em projetos de pesquisa
	Participação em projetos de extensão
	Participação em projetos de ensino
	Participação em eventos com apresentação de trabalho
	Participação em eventos como ouvinte
	Publicação de trabalhos acadêmicos
	Atividades acadêmicas a distância
	Participação em grupo de estudo supervisionado
	Participação em mini-cursos ou oficinas como ministrante
	Participação em mini-cursos ou oficinas como ouvinte

1.18 ANEXO II

ORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES POR SEMESTRE

1º Semestre	HORAS	2º Semestre	HORAS
Estudos da Enunciação	136	Compreensão e Produção de Textos	136
Filosofia da Linguagem	68	Filologia Românica	68
Teoria do Texto Poético	102	Teoria do Texto Narrativo	102
Oficina de Informática	68	Oficina de Textos Acadêmicos	68
Total da carga horária do semestre	374	Total da carga horária do semestre	374

3º Semestre	HORAS	4º Semestre	HORAS
Sintaxe	170	Morfologia	170
Poesia Portuguesa e Brasileira	136	Narrativa Portuguesa e Brasileira I	136
Oficina de Compreensão e Produção de Textos I	68	Oficina de Compreensão e Produção de Textos II	68
Total da carga horária do semestre	374	Total da carga horária do semestre	374

5º Semestre	HORAS	6º Semestre	HORAS
Fonética e Fonologia	170	Sociolingüística	68
		Política Educacional	68
		Psicologia da Aprendizagem	68
Ensino-Aprendizagem do Português I	102	Ensino-Aprendizagem do Português II	102
Oficina de Didatização de Gêneros Textuais	68	Oficina de Ensino da Literatura	68
Total da carga horária do semestre	340	Total da carga horária do semestre	374

7º Semestre	HORAS	8º Semestre	HORAS
Metodologia da Pesquisa	68	Estágio no Ensino Médio	102
Narrativa Portuguesa e Brasileira II	68	Trabalho de Conclusão de Curso	68
Estágio no Ensino Fundamental	102		
Total da carga horária do semestre	238	Total da carga horária do semestre	170

Obs. O aluno deve integralizar mínimo de duzentas horas, ao longo do curso, referente às Atividades acadêmico-culturais complementares.

Total da carga horária dos semestres	2.618
Atividades acadêmico-culturais complementares	200
Total da carga horária do curso	2.818

Resumo:

Conteúdos Curriculares de natureza científico-cultural – 1802

Prática como Componente Curricular – 408

Estágio Curricular Supervisionado – 404

Atividades Acadêmico-culturais complementares - 200

1.18 ANEXO IV

CONTABILIDADE ACADÊMICA

Atividades Curriculares Obrigatórias	Carga Horária			
	Semestral	Semanal		
		Teórica	Prática	Total
LA- Compreensão e Produção DE tEXTOS	136	4	-	4
LA- Ensino/Aprendizagem em Português I	102	-	6	6
LA- Ensino/Aprendizagem em Português II	102	-	6	6
LA- Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental	102	-	6	6
LA- Estágio Supervisionado no Ensino Médio	102	-	6	6
LA- Estudos da Enunciação	136	8		8
LA- Filologia Românica	68	4	-	4
LA- Filosofia da Linguagem	68	4	-	4
LA- Fonética e Fonologia	170	10	-	10
LA Metodología da Pesquisa	68	4		4
LA- Morfologia	170	10		10
LA- Narrativa Portuguesa e Brasileira I	136	8		8
LA- Narrativa Portuguesa e Brasileira I	136	8		8
LA – Poesia Portuguesa e Brasileira	136	8		8
LA – Política Educacional	68	4		4
LA – Psicologia da Aprendizagem	68	4		4
LA - Sintaxe	170	10		10
LA - Sociolinguística	68	4		4
LA – Teoria do Texto Narrativo	102	6		6
LA – Teoria do Texto Poético	102	6		6
LA- Oficina de Compreensão e Produção de Textos I	68	-	4	4
LA- Oficina de Compreensão e Produção de Textos II	68	-	4	4
LA – Oficina de Didatização de Gêneros textuais	68		4	4
LA- Oficina de Ensino de Literatura	68	-	4	4
LA- Oficina de Informática	68	-	4	4
LA- Oficina de Textos Acadêmicos	68	-	4	4
LA- Trabalho de Conclusão de Curso	68	-4	-	4-

Atividades Curriculares Acadêmico-Culturais Complementares

	Carga Horária Total	Teórica	Prática
LA- Atividades Complementares I	68	4	-
Atividade Curricular da Área de Letras			
Atividade Curricular de Áreas Afins			
Atividade Curricular de Outras Áreas			
LA- Atividades Complementares II	68	-	4
Participação como bolsista em projeto de pesquisa			
Participação como bolsista em projeto de extensão			
Participação como bolsista em projeto de ensino			
Participação como bolsista em projeto de pesquisa e ensino			
Monitoria em disciplinas do currículo			
LA- Atividades Complementares III	34	-	2
Monitoria na educação básica			
Estágio na educação básica			
Atividade Curricular de Cursos Livres de Línguas Estrangeiras			
LA- Atividades Complementares IV	30	-	-
Participação em eventos científicos ou culturais com apresentação de trabalho			
Participação em eventos científicos ou culturais sem apresentação de trabalho			
Participação em mini-cursos ou oficinas como ministrante			
Participação em mini-cursos ou oficinas como ouvinte			
Publicação de trabalhos acadêmicos			
Tradução de artigo científico relacionado à área de estudo			

RESOLUÇÃO N° DE DE

EMENTA: Define o Currículo do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua portuguesa – modalidade a distância

O Reitor da Universidade Federal do Pará, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral e considerando o que define o inciso II, do Art. 53 da Lei 9394/96, cumprindo a decisão da Colenda Câmara de Ensino de Graduação (parecer n°) em conformidade com o Projeto Pedagógico do curso _____ aprovado em ___/___/___ pelo CONSEP promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º O objetivo do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – modalidade a distância é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito. Independentemente da habilitação escolhida, o profissional de Letras deve ter domínio do uso da língua que é objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variações lingüísticas e culturais. Ele deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo. O graduando deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas a sua área.

O licenciado em Letras com habilitação em língua portuguesa deverá ser um profissional cultural e *linguageiramente* competente, com visão crítica e conhecimento teórico-prático aprofundado da língua portuguesa.

Art. 2º O perfil do egresso do curso deverá:

- a) ser um profissional comprometido com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- b) desenvolver uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, sua relação com o mundo contemporâneo, estabelecendo relações de parceria e colaboração com os pais de forma a envolvê-los na construção e na valorização dos conhecimentos, demonstrando, assim, compreensão do papel social da escola;
- c) conhecer não só os conteúdos específicos relacionados às etapas da educação básica para as quais se preparou, mas também aqueles relacionados a uma compreensão mais ampla de questões culturais, sociais, econômicas e de questões referentes à docência, levando em conta uma articulação interdisciplinar;
- d) recorrer a estratégias diversificadas para formular propostas de intervenção pedagógica ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos, aos objetivos das atividades propostas e às características dos conteúdos próprios às etapas da educação básica para as quais se preparou;
- e) compreender a pesquisa como um processo que possibilita tanto a elaboração de conhecimento próprio, quanto o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- f) gerenciar o próprio desenvolvimento profissional tanto por meio de formação contínua, quanto pela utilização de diferentes fontes e veículos de informação;

- g) saber buscar e/ou criar oportunidades de trabalho em sua área de atuação e condições favoráveis para o bom desempenho de sua profissão.

Art.3º O currículo do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – modalidade a distância prevê atividades curriculares objetivando o desenvolvimento das habilidades e competências, conforme discriminado no Anexo I.

Art. 4º O Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – modalidade a distância constituir-se-á de: Núcleo de atividades curriculares de natureza científico-culturais; Núcleo de atividades práticas como componente curriculares; Núcleo de estágio curricular supervisionado e Núcleo de atividades acadêmico-culturais complementares.

Art. 5º As atividades de Estágio Supervisionado, com o total de 408 horas, serão cumpridas pelo aluno a partir da metade da integralização curricular. As normas da oferta e realização do estágio serão regulamentadas pelo Colegiado do curso.

Art. 6º Será obrigatório o cumprimento das atividades de Trabalho de Conclusão de Curso, conforme regulamentação específica do Colegiado do curso.

Art. 7º A duração do Curso será de oito semestres.

Parágrafo Único: O tempo de permanência do aluno no curso não poderá ultrapassar 50% do tempo previsto para a duração do mesmo pela UFPA.

Art. 8º Para integralização do currículo do curso o aluno deverá ter concluído 2.818 horas, assim distribuídas:

Conteúdos Curriculares de natureza científico-cultural – 1802 horas

Prática como Componente Curricular – 408 horas

Estágio Curricular Supervisionado – 408 horas

Atividades Acadêmico-culturais complementares – 200 horas

Art. 9º A presente resolução entra em vigor a partir de _____, revogando-se todas as disposições em contrário.

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

EIXO	1. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	ATIVIDADE CURRICULAR
REFLEXÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, analisar e explicar os processos envolvidos na organização do texto oral e escrito. • Analisar, descrever e explicar diacrônica e sincronicamente a estrutura e o funcionamento de uma língua, em particular da Língua Portuguesa. • Analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam as investigações sobre a linguagem. • Descrever e justificar as características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua portuguesa em diferentes contextos. • Identificar, analisar e explicar os processos constitutivos do texto no uso real da língua, nos diferentes gêneros e tipos textuais. • Dominar as diferentes noções de gramática e (re)conhecer as variedades lingüísticas existentes e os vários níveis e registros de linguagem. • Ler e analisar criticamente textos literários e identificar relações de intertextualidade entre obras da literatura em língua portuguesa e da literatura universal. • Estabelecer e discutir as relações dos textos literários com outros tipos de discurso e com os contextos em que se inserem. • Relacionar o texto literário com os problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente. • Examinar e conceituar poética, narrativa, crítica literária, confrontando pontos de vista diferentes sobre os temas. • Analisar e interpretar textos literários. • Conhecer as principais teorias da poética, da narrativa e da dramaturgia. • Compreender à luz de diferentes teorias, os fatos lingüísticos e literários e conduzir investigações sobre linguagem e sobre problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de línguas. • Compreender e aplicar diferentes teorias e métodos de ensino que permitam a transposição didática dos conhecimentos sobre língua e literatura para a educação básica. 	Compreensão e Produção de Textos
		Ensino-Aprendizagem do Português I
		Ensino-Aprendizagem do Português II
		Estudos da Enunciação
		Filologia Românica
		Filosofia da Linguagem
		Fonética e Fonologia
		Metodologia da Pesquisa
		Morfologia
		Narrativa Portuguesa e Brasileira I
		Narrativa Portuguesa e Brasileira II
		Psicologia da Aprendizagem
		Poesia Portuguesa e Brasileira
		Política Educacional
		Psicologia da Aprendizagem
		Sintaxe
		Sociolingüística
		Teoria do Texto Narrativo
		Teoria do Texto Poético
		Trabalho de Conclusão de Curso

EIXO	2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	ATIVIDADE CURRICULAR
USO	<ul style="list-style-type: none"> • Ler e produzir textos em língua portuguesa na modalidade culta. • Ler e produzir textos em diferentes linguagens e traduzir umas em outras. • Conhecer os recursos a serem utilizados em um curso a distância. • Organizar, expressar e comunicar o pensamento em situações formais e em língua culta. • Interpretar textos de diferentes gêneros e registros lingüísticos e explicitar os processos ou argumentos utilizados para justificar tal interpretação. • Desempenhar papel de multiplicador, visando à formação de leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros. • Inferir as possíveis intenções do autor a partir das marcas textuais. • Utilizar a informática como recurso tecnológico no ensino-aprendizagem da língua portuguesa. • Elaborar textos acadêmicos, tais como comunicações, artigos, projetos, relatórios de pesquisa. • Compreender e usar a terminologia referente a uma abordagem teórico-crítica da literatura. • Analisar a especificidade do texto da Literatura infantil e do material utilizado para o ensino da Literatura. 	
		Oficina de Compreensão e Produção de Textos I
		Oficina de Compreensão e Produção de Textos II
		Oficina de Informática
		Oficina de Textos Acadêmicos
		Oficina de Didatização de Gêneros Textuais
		Oficina de Ensino da Literatura

EIXO	3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	ATIVIDADE CURRICULAR
PRÁTICA PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar plano de curso, de unidade didática e de aula. • Selecionar, elaborar e adaptar materiais didáticos. • Formular e executar propostas de intervenção pedagógica ajustadas ao nível e possibilidades dos alunos, aos objetivos e às características dos conteúdos próprios às etapas pertinentes. • Planejar e gerenciar situações didáticas ajustadas ao nível e possibilidades dos alunos que lhes permitam aprender a língua estudada a partir da diversidade de textos que circulam socialmente. • Gerenciar situações-problema. • Formular e executar estratégias para o ensino-aprendizagem de língua e literatura. • Elaborar sistemas de avaliação condizentes com diferentes situações de aprendizagem. • Conduzir reuniões de pais e mestres. • Participar de Conselhos Escolares nos ensinos fundamental e médio. • Trabalhar em equipe. 	

ANEXO II

DESENHO CURRICULAR DO CURSO

Atividades Curriculares de Natureza Científico-Cultural (1802 horas)

CÓDIGO	ATIVIDADE CURRICULAR
LA	Compreensão e Produção de Textos
LA	Ensino-Aprendizagem do Português I
LA	Ensino-Aprendizagem do Português II
LA	Estudos da Enunciação
LA	Filologia Românica
LA	Filosofia da Linguagem
LA	Fonética e Fonologia
LA	Metodologia da Pesquisa
LA	Morfologia
LA	Narrativa Portuguesa e Brasileira I
LA	Narrativa Portuguesa e Brasileira II
LA	Poesia Portuguesa e Brasileira
LA	Política Educacional
LA	Psicologia da Aprendizagem
LA	Sintaxe
LA	Sociolingüística
LA	Teoria do Texto Narrativo
LA	Teoria do Texto Poético
LA	Trabalho de Conclusão de Curso

Atividades Práticas como Componentes Curriculares (408 horas)

CÓDIGO	ATIVIDADE CURRICULAR
LA	Oficina de Informática
LA	Oficina de Textos Acadêmicos
LA	Oficina de Compreensão e Produção de Textos I
LA	Oficina de Compreensão e Produção de Textos II
LA	Oficina de Didatização de Gêneros Textuais
LA	Oficina de Ensino da Literatura

Estágio Curricular Supervisionado (408 horas)

CÓDIGO	ATIVIDADE CURRICULAR
LA	Ensino-Aprendizagem do Português I
LA	Ensino-Aprendizagem do Português I I
LA	Estágio no Ensino Fundamental
LA	Estágio no Ensino Médio

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais Complementares (200 horas)

CÓDIGO	ATIVIDADE CURRICULAR
LA	Atividades Complementares I
	Disciplinas de outros cursos
LA	Atividades Complementares II
	Seminário de Educação de Jovens e Adultos
	Seminário de Ensino de Literatura
	Seminário de Línguas Indígenas da Amazônia
LA	Atividades Complementares III
	Participação em projetos de pesquisa
	Participação em projetos de extensão
	Participação em projetos de ensino
	Participação em eventos com apresentação de trabalho
	Participação em eventos como ouvinte
	Publicação de trabalhos acadêmicos
	Atividades acadêmicas a distância
	Participação em grupo de estudo supervisionado
	Participação em mini-cursos ou oficinas como ministrante
	Participação em mini-cursos ou oficinas como ouvinte

ANEXO III

CONTABILIDADE ACADÊMICA

Atividades Curriculares Obrigatórias	Carga Horária			
	Semestral	Semanal		
		Teórica	Prática	Total
LA- Compreensão e Produção DE tEXTOS	136	4	-	4
LA- Ensino/Aprendizagem em Português I	102	-	6	6
LA- Ensino/Aprendizagem em Português II	102	-	6	6
LA- Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental	102	-	6	6
LA- Estágio Supervisionado no Ensino Médio	102	-	6	6
LA- Estudos da Enunciação	136	8		8
LA- Filologia Românica	68	4	-	4
LA- Filosofia da Linguagem	68	4	-	4
LA- Fonética e Fonologia	170	10	-	10
LA Metodologia da Pesquisa	68	4		4
LA- Morfologia	170	10		10
LA- Narrativa Portuguesa e Brasileira I	136	8		8
LA- Narrativa Portuguesa e Brasileira I I	136	8		8
LA – Poesia Portuguesa e Brasileira	136	8		8
LA – Política Educacional	68	4		4
LA – Psicologia da Aprendizagem	68	4		4
LA - Sintaxe	170	10		10
LA - Sociolinguística	68	4		4
LA – Teoria do Texto Narrativo	102	6		6
LA – Teoria do Texto Poético	102	6		6
LA- Oficina de Compreensão e Produção de Textos I	68	-	4	4
LA- Oficina de Compreensão e Produção de Textos II	68	-	4	4
LA – Oficina de Didatização de Gêneros textuais	68		4	4
LA- Oficina de Ensino de Literatura	68	-	4	4
LA- Oficina de Informática	68	-	4	4
LA- Oficina de Textos Acadêmicos	68	-	4	4
LA- Trabalho de Conclusão de Curso	68	-4	-	4-

Atividades Curriculares Acadêmico-Culturais Complementares

	Carga Horária Total	Teórica	Prática
LA- Atividades Complementares I	68	4	-
Atividade Curricular da Área de Letras			
Atividade Curricular de Áreas Afins			
Atividade Curricular de Outras Áreas			
LA- Atividades Complementares II	68	-	4
Participação como bolsista em projeto de pesquisa			
Participação como bolsista em projeto de extensão			
Participação como bolsista em projeto de ensino			
Participação como bolsista em projeto de pesquisa e ensino			
Monitoria em disciplinas do currículo			
LA- Atividades Complementares III	34	-	2
Monitoria na educação básica			
Estágio na educação básica			
Atividade Curricular de Cursos Livres de Línguas Estrangeiras			
LA- Atividades Complementares IV	30	-	-
Participação em eventos científicos ou culturais com apresentação de trabalho			
Participação em eventos científicos ou culturais sem apresentação de trabalho			
Participação em mini-cursos ou oficinas como ministrante			
Participação em mini-cursos ou oficinas como ouvinte			
Publicação de trabalhos acadêmicos			
Tradução de artigo científico relacionado à área de estudo			

ANEXO IV

ORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES POR SEMESTRE

1º Semestre	HORAS	2º Semestre	HORAS
Estudos da Enunciação	136	Compreensão e Produção de Textos	136
Filosofia da Linguagem	68	Filologia Românica	68
Teoria do Texto Poético	102	Teoria do Texto Narrativo	102
Oficina de Informática	68	Oficina de Textos Acadêmicos	68
Total da carga horária do semestre	374	Total da carga horária do semestre	374

3º Semestre	HORAS	4º Semestre	HORAS
Sintaxe	170	Morfologia	170
Poesia Portuguesa e Brasileira	136	Narrativa Portuguesa e Brasileira I	136
Oficina de Compreensão e Produção de Textos I	68	Oficina de Compreensão e Produção de Textos II	68
Total da carga horária do semestre	374	Total da carga horária do semestre	374

5º Semestre	HORAS	6º Semestre	HORAS
Fonética e Fonologia	170	Sociolinguística	68
		Política Educacional	68
		Psicologia da Aprendizagem	68
Ensino-Aprendizagem do Português I	102	Ensino-Aprendizagem do Português II	102
Oficina de Didatização de Gêneros Textuais	68	Oficina de Ensino da Literatura	68
Total da carga horária do semestre	340	Total da carga horária do semestre	374

7º Semestre	HORAS	8º Semestre	HORAS
Metodologia da Pesquisa	68	Estágio no Ensino Médio	102
Narrativa Portuguesa e Brasileira II	68	Trabalho de Conclusão de Curso	68
Estágio no Ensino Fundamental	102		
Total da carga horária do semestre	238	Total da carga horária do semestre	170

Obs. O aluno deve integralizar mínimo de duzentas horas, ao longo do curso, referente às Atividades acadêmico-culturais complementares.